

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 8, Número 2, Novembro de 2019

Polarização versus democracia

Milan W. Svobik

**Partidos, movimentos, democracia:
riscos e desafios do século XXI**

Marco Aurélio Nogueira

**O populismo e o declínio
da social-democracia**

Sheri Berman e Maria Snegovaya

**Nacionalismo, democracia
e leis memoriais**

George Soroka and Félix Krawatzek

O significado de 4 de junho

Wang Dan

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipniz
DIAGRAMAÇÃO	Lisia Lemes / PlanoBWeb

Journal of Democracy em Português, Volume 8,
Número 2, São Paulo, Novembro de 2019
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Apresentação

Por que eleitores que rotineiramente declaram seu apoio à democracia apoiam, ao mesmo tempo, líderes que a subvertem? Este é o enigma que o cientista político Milan W. Svobik (Yale) busca decifrar no primeiro artigo desta edição do *Journal of Democracy em Português*, que reúne 4 textos sobre temas que se entrelaçam — democracia em crise, ocaso dos partidos políticos tradicionais e/ou da esquerda, emergência do nacionalismo e do populismo — e uma reflexão sobre os 30 anos do massacre de Tiananmen (China).

Em texto inédito, o cientista político Marco Aurélio Nogueira (Unesp) analisa a crise dos partidos políticos no século 21, que embora permaneçam como personagens centrais do jogo político e parlamentar em diversos países, inclusive o Brasil, já não atuam como fatores de hegemonia, formação de consensos e fixação de diretrizes ético-políticas, processo que “se transferiu para os ambientes virtuais, o marketing, a publicidade e a indústria cultural”.

No terceiro artigo, a professora Sheri Berman (Barnard College, NY) e a pesquisadora Maria Snegovaya (Universidade de Maryland) propõem que o fator comum subjacente ao declínio da esquerda na Europa e em outras partes do mundo seria seu deslocamento para o centro em questões econômicas e sua aceitação de reformas “neoliberais” como a privatização de partes do setor público, cortes em políticas sociais e redução de impostos. “Sociais-democratas deixaram de se apresentar como críticos atentos do capitalismo, conscientes da necessidade de proteger as sociedades de seus aspectos negativos, e passaram a apresentar sua missão cada vez mais em termos tecnocráticos e de eficiência”, sugerem.

No penúltimo texto, George Soroka (Harvard) e Félix Krawatzek (Centro de Estudos Europeus e Internacionais, Berlim) analisam um fenômeno recente: a criação de mais de 200 leis, resoluções e declarações regulando a memória histórica que, em diversos casos, “visam impingir uma maneira oficial de se referir ao passado, vista por seus proponentes como um meio para fortalecer a identidade nacional”. As chamadas “leis memoriais” têm proliferado em “democracias imperfeitas” como Ucrânia, “em retrocesso” como Polônia, na “cada vez mais autoritária” Rússia, mas também em democracias consolidadas como França e Espanha.

Como estaria a China hoje se o movimento pela democracia que levou milhares de manifestantes à praça da Paz Celestial há 30 anos tivesse sido bem-sucedido?, pergunta Wang Dan, um dos líderes das manifestações estudantis ocorridas em Tiananmen (Pequim) entre 15 de abril e 4 de junho de 1989. “Sucesso significa alcançar os objetivos pretendidos. Se o movimento pró-democracia tivesse sido bem-sucedido, a base social para a introdução das reformas na China teria sido amplamente fortalecida”, afirma. Embora, segundo o fundador do think tank Dialogue China, o movimento pró-democracia de 1989 tenha estabelecido os princípios para a cultura política e uma mentalidade de democratização da China, “a perspectiva de tal convergência entre o governo chinês e seu povo desapareceu, e a sociedade perdeu completamente a confiança no governo”, conclui o dissidente, em tom melancólico.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Polarização versus democracia

Milan W. Svobik

*Milan W. Svobik é professor de Ciência Política da Universidade Yale e autor de **The Politics of Authoritarian Rule** [A política do regime autoritário] (2012).*

Quando podemos realisticamente esperar que pessoas comuns controlem as ambições autoritárias de políticos eleitos? Uma resposta a essa questão é chave para entender o aspecto mais proeminente da dinâmica da sobrevivência das democracias desde o fim da Guerra Fria: a subversão da democracia por políticos democraticamente eleitos e sua emergência enquanto a forma mais comum de colapso da democracia no século 21.

A figura na página 4 faz um resumo dessa preocupante tendência. Em intervalos de cinco anos, mostra a porcentagem de “tomadas de controle” (*take over*, na versão em inglês) pelo Executivo — como chamo as subversões da democracia comandadas pelo Executivo — em relação ao total de rupturas democráticas no período de 1973 a 2018. Para construir esse gráfico, primeiro identifiquei todos os casos nos quais a Freedom House rebaixou a nota de um país anteriormente *livre* ou *parcialmente livre* em seu levantamento anual sobre o estado da democracia no mundo e, então, classifiquei esses rebaixamentos de acordo com a natureza dos eventos por eles representados.

* Publicado originalmente como “Polarization versus Democracy”, *Journal of Democracy*, Volume 30, Número 3, Julho de 2019. @ National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press.

Esse exercício revela que as rupturas democráticas quase sempre acontecem de uma das seguintes maneiras: tomada de controle pelo Executivo ou golpe militar. Do total de 197 rebaixamentos, tomadas de controle (das instituições do Estado e da sociedade) pelo Executivo representam 88 casos — a maioria. Algumas das mais proeminentes tomadas de controle recentes incluem as subversões da democracia por Hugo Chávez e seu sucessor Nicolás Maduro na Venezuela, por Vladimir Putin na Rússia e por Recep Tayyip Erdoğan na Turquia.

A segunda categoria de ruptura democrática, o golpe militar, representa 46 dos casos. Os demais rebaixamentos correspondem ou a casos de enfraquecimento do liberalismo em regimes onde o Executivo não havia sido eleito (15 casos) ou ao fenômeno mais bem caracterizado não como ruptura democrática, mas como deterioração da autoridade do Estado devido à instabilidade política (21 casos) ou à escalada de conflitos civis (14 casos).¹

Tomadas de controle pelo Executivo constituem a forma mais comum de ruptura democrática nos últimos 45 anos. Além disso, como a Figura 1 da página 4 deixa claro, o mais impressionante é sua proliferação após o fim da Guerra Fria. Antes dos anos 1990, tomadas de controle pelo Executivo foram apenas ligeiramente mais frequentes que os golpes militares. Após os anos 1990, no entanto, a frequência relativa de tomadas de controle pelo Executivo disparou, passando a representar quatro de cada cinco casos de ruptura democrática a partir dos anos 2000.

O crescimento das tomadas de controle pelo Executivo apresenta diversos desafios para nosso entendimento da estabilidade demo-

1. Os treze casos restantes não puderam ser classificados inequivocamente. Para perspectivas complementares sobre as dinâmicas da ruptura democrática, ver Valeriya Mechkova; Anna Lührmann; Staffan I. Lindberg, “How Much Democratic Backsliding?”. *Journal of Democracy*, v. 28, n. 4, out. 2017, pp. 162-69; Daniel Treisman, “Is Democracy in Danger? A Quick Look at the Data”. 2018. Não publicado; Tom Ginsburg; Aziz Z. Huq, *How to Save a Constitutional Democracy* (Chicago: University of Chicago Press, 2018).

crática. O primeiro deriva do fato de que, diferentemente dos golpes militares, tomadas de controle são realizadas por meio de políticos democraticamente eleitos. Esses políticos precisam contar — ao menos inicialmente — com apoio popular suficiente para capturar o Executivo por meios democráticos. Na maioria dos casos, também precisam demonstrar força eleitoral o bastante para controlar outro poder, geralmente o Legislativo. A cumplicidade deste costuma ser essencial para se realizar as alterações constitucionais necessárias para facilitar a subversão da democracia: o fim dos limites de mandato, a subjugação do Judiciário e a expansão do poder do Executivo (às vezes por meio de uma mudança no sistema de governo do parlamentarismo para o presidencialismo).

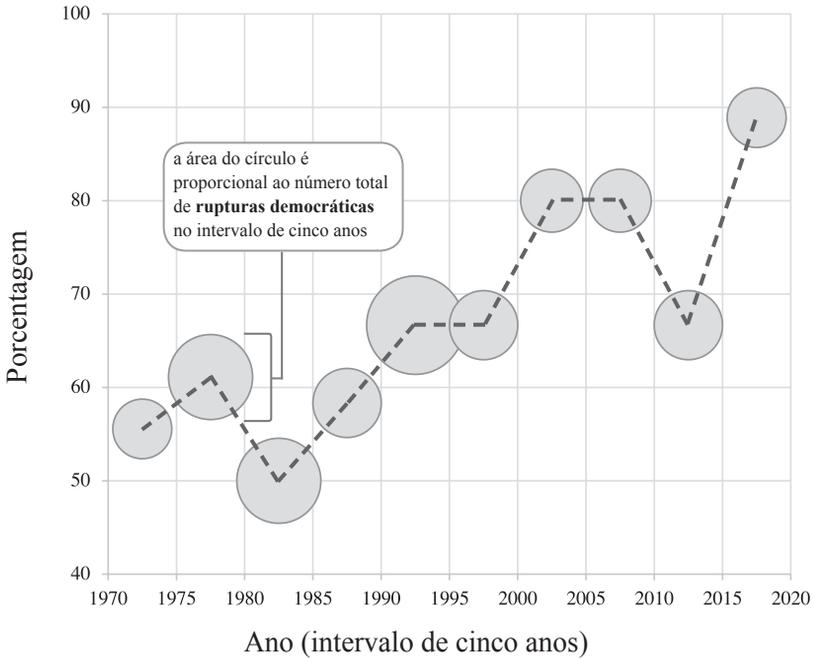
Surpreendentemente, muitos governantes detêm apoio popular significativo quando começam a subverter a democracia em seus países — e até mesmo após concluir o processo. Chávez (Venezuela), Viktor Orban (Hungria) e Erdoğan (Turquia), por exemplo, contavam e (nos últimos dois casos) continuam a contar com esse apoio. Foram populares tanto em termos relativos como absolutos, geralmente superando seus principais adversários por margens de dois dígitos em eleições e em pesquisas de opinião pública. Parece ser esse o caso mesmo descontando-se o possível inflacionamento desses números por meio do mau uso dos recursos públicos, intimidação dos adversários e outras formas de manipulação. As análises mais rigorosas desse fenômeno vêm da Rússia: usando experimentos de lista, Timothy Frye e colegas constataram que o apoio a Vladimir Putin no início de 2015 estava em torno de 80% — isso após descontar os cerca de 10 pontos percentuais que Putin recebe em pesquisas tradicionais devido à relutância de alguns respondentes de declarar abertamente sua desaprovação.² Os chamados “populistas autoritários” parecem ser realmente populares.

2. Timothy Frye et al., “Is Putin’s Popularity Real?”. *Post-Soviet Affairs*, v. 33, n. 1, 2017, pp. 1-15; Daniel Treisman, “Presidential Popularity in a Hybrid Regime: Russia Under Yeltsin and Putin”. *American Journal of Political Science*, v. 55, n. 3, jul. 2011, pp. 590-609.

Essas observações apontam para um importante enigma sobre o papel de pessoas comuns no retrocesso democrático: por que eleitores apoiam políticos que colocam em risco a democracia? Uma explicação simples pode ser dividida em duas partes. Primeiro, talvez os eleitores não tenham tido tempo ou clareza o suficiente para reconhecer uma subversão democrática. Ou talvez esses eleitores não se importem muito com a democracia. Nenhuma dessas explicações parece ser válida.

Precisamente por serem conduzidas internamente, as tomadas de controle pelo Executivo costumam acontecer de maneira gradual, normalmente ao longo de diversos ciclos eleitorais, e seguindo um processo constitucionalmente legítimo. As mudanças resultantes — espe-

Figura: Tomadas de controle pelo Executivo enquanto porcentagem de todas as rupturas democráticas, 1973-2018



Fonte: Classificação do autor e Freedom House, *Freedom in the World*, 1973-2019.

cialmente quando consideradas isoladamente — raramente constituem uma violação explícita de princípios democráticos fundamentais. É essa natureza gradual e legalista das tomadas de controle pelo Executivo que explica a mudança no léxico dos estudos contemporâneos da democracia de termos como ruptura democrática, revés autoritário ou autogolpe para retrocesso, erosão e degradação da democracia.

Mas consideradas em conjunto e observadas ao longo do tempo, não restam dúvidas de que essas medidas subvertem o processo democrático, enviesando o jogo em favor do governante.³ Quando a Freedom House rebaixou a Hungria para *parcialmente livre* em 2019, Orban já havia governado por dois mandatos; Erdoğan havia ocupado o cargo de primeiro-ministro e depois de presidente por mais de uma década antes que a Freedom House classificasse a Turquia como *não livre* em 2018. Tanto na Hungria como na Turquia, esse período foi marcado por uma crítica aberta às tendências iliberais de seus líderes pela oposição e pela imprensa. Colocado de outra forma, os eleitores em ambos os países tiveram ampla oportunidade de observar as ambições autoritárias desses líderes e de tirá-los do poder por meio do voto antes que fosse tarde demais. Então por que não aproveitaram essa oportunidade?

As pessoas em países em que há uma tomada de controle pelo Executivo não demonstram desrespeito nem ignorância pelos princípios democráticos fundamentais — ao menos segundo indicadores convencionais dos cientistas políticos. A Venezuela, por exemplo, historicamente apresentou um dos níveis mais altos de apoio público à democracia na América Latina. Ao longo dos anos 2000 — com Hugo Chávez já prestes a se tornar o arquetípico populista autoritário

3. Para uma discussão sobre esse processo, ver, especialmente, Andreas Schedler, “Elections Without Democracy: The Menu of Manipulation”. *Journal of Democracy*, v. 13, n. 2, abr. 2002, pp. 36-50; Treisman, op. cit., 2011; e Steven Levitsky; Lucan A. Way, *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After the Cold War* (Nova York: Cambridge University Press, 2010).

da América Latina —, 70% a 90% dos venezuelanos concordavam com afirmações como “a democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”. De fato, segundo esse indicador, perto de 70% dos venezuelanos continuam a apoiar a democracia hoje.⁴ Níveis igualmente altos de apoio à democracia predominam em outros países em risco de ou que já atingiram um retrocesso democrático.

Resumindo, o enigma apresentado pela subversão da democracia por políticos eleitos é o seguinte: por que eleitores que rotineiramente declaram seu apoio à democracia apoiam, ao mesmo tempo, líderes que a subvertem?

Princípios democráticos versus interesses sectários

Defendo que a solução para esse enigma se encontra em uma vulnerabilidade inerente à política democrática. A competição eleitoral muitas vezes confronta os eleitores com uma escolha entre duas preocupações válidas, mas potencialmente conflitantes: princípios democráticos e interesses sectários. Pessoas como Chávez, Orban e Erdoğan distinguem-se por explorar precisamente esse dilema. Todos eles souberam transformar as tensões sociais latentes de seus países em eixos de conflito político intenso e, então, apresentaram a seguinte escolha a seus eleitores: votar por uma Venezuela mais redistributiva, uma Hungria sem imigrantes, uma Turquia conservadora — bem como minha liderança cada vez mais autoritária — ou votar na oposição, que alega ser mais democrática mas oferece uma liderança e políticas menos atraentes.

De fato, esses governantes pedem que seus apoiadores troquem princípios democráticos por interesses sectários. Emprego o termo “interesses sectários” de maneira ampla: em alguns contextos, trata-se de lealdade a um partido ou líder; em outros contextos, refere-se

4. Ver o AmericasBarometer, o Latinobarómetro e a World Values Survey.

ao interesse dos eleitores em políticas econômicas e sociais específicas. Quanto mais profundas forem as divisões políticas de uma sociedade nesse sentido, mais fácil será para um Chávez, um Orban ou um Erdoğan explorar essas divisões em benefício próprio. Governantes como eles entendem que a maioria de seus apoiadores preferiria tolerar suas inclinações autoritárias do que apoiar políticos cuja plataforma esses apoiadores abominam. Isso se deve ao fato de que os profundos conflitos políticos na sociedade aumentam os interesses em jogo durante as eleições e, portanto, o preço que os eleitores devem pagar por colocar os princípios democráticos acima dos interesses sectários. Em sociedades polarizadas, pessoas comuns tornam-se, em primeiro lugar, pró ou anti-Chávez, Orban ou Erdoğan, e democratas em segundo.

Cientistas políticos há muito reconhecem que as clivagens sociais profundas representam um perigo para a democracia. Nos anos 1950, Seymour Martin Lipset observou que “é inerente a todos os sistemas democráticos a constante ameaça de que os conflitos grupais, que são o próprio sangue da democracia, possam se solidificar a ponto de constituírem uma ameaça de desintegração da sociedade”.⁵ Nos anos 1970, Robert A. Dahl alertou que a democracia fica em perigo quando se “torna polarizada em vários grupos altamente antagonistas”,⁶ Giovanni Sartori preocupava-se com a inviabilidade dos sistemas partidários caracterizados pela “polarização centrífuga”,⁷ e Juan J. Linz e Alfred Stepan alertaram que crises são mais suscetíveis em sistemas políticos “caracterizados por consenso limitado, clivagens profundas

5. Seymour M. Lipset, *Political Man: The Social Bases of Politics*. Garden City: Doubleday, 1959, p. 83. [Ed. bras.: *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.]

6. Robert A. Dahl, *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971, p. 105. [Ed. bras.: *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.]

7. Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*. Cambridge (Reino Unido): Cambridge University Press, 1976, p. 163. [Ed. bras.: *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora UnB, 1982.]

e desconfiança entre as lideranças”.⁸ Mais recentemente, Carles Boix, bem como Daron Acemoglu e James A. Robinson, focaram em uma clivagem social — o conflito em torno da redistribuição de renda — e mostraram como ela dificulta a democratização.⁹

Mas, quando se trata do processo real pelo qual as democracias fracassam, as primeiras gerações de acadêmicos estavam preocupadas principalmente com outra Revolução Cubana, Golpe de Estado chileno ou Guerra Civil Espanhola. Como o retrocesso democrático começa de um status quo democrático e é conduzido por políticos democraticamente eleitos, uma explicação desse processo precisa encarar o fato de que os eleitores em democracias possuem à sua disposição um instrumento essencial de autodefesa democrática: as eleições. Podem pôr fim às ambições autoritárias de políticos simplesmente removendo-os de seus cargos por meio do voto. O que os impede de fazê-lo?

Os argumentos acima sugerem uma resposta: clivagens sociais profundas e tensões políticas agudas — polarização, para usar um termo recentemente na moda — minam a capacidade das pessoas de refrear as tendências iliberais de políticos eleitos. Em eleitorais fortemente polarizados, até mesmo os eleitores que valorizam a democracia estarão dispostos a sacrificar a competição democrática justa em nome de políticos eleitos que defendam seus interesses. Quando punir as tendências autoritárias de um líder exige votar em uma plataforma, partido ou pessoa que seus apoiadores detestam, muitos acharão que o preço é alto demais. A polarização, portanto, oferece uma oportunidade estrutural a potenciais

8. Juan J. Linz; Alfred Stepan, *The Breakdown of Democratic Regimes*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978, p. 28.

9. Carles Boix, *Democracy and Redistribution*. Nova York: Cambridge University Press, 2003; Daron Acemoglu; James A. Robinson, *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*. Nova York: Cambridge University Press, 2006.

autocratas: podem enfraquecer a democracia e, ainda assim, ficar impunes.¹⁰

A polarização vence a virtude cívica?

A lógica delineada acima baseia-se em uma premissa simples: pessoas comuns estão dispostas a trocar princípios democráticos por interesses sectários.¹¹ Para testar essa premissa, meus colegas e eu conduzimos a seguinte pesquisa em vários países, incluindo Turquia, Venezuela e Estados Unidos.¹² Em cada país, pedimos a uma amostra representativa dos eleitores que escolhesse entre dois candidatos hipotéticos. Cada candidato foi descrito de acordo com atributos como plataforma política, afiliação partidária e características demográficas.

10. Esses argumentos se assemelham aos de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, que destacaram recentemente os perigos que a polarização representa para a estabilidade democrática nos Estados Unidos, e Murat Somer e Jennifer McCoy, que investigaram as dinâmicas psicológicas *in-group/out-group* [endogrupo/exogrupo] por meio das quais a polarização ameaça a democracia. Ver Steven Levitsky; Daniel Ziblatt, *How Democracies Die* (Nova York: Crown, 2018); e Murat Somer; Jennifer McCoy, “Déjà Vu? Polarization and Endangered Democracies in the 21st Century”. *American Behavioral Scientist*, v. 62, n. 1, jan. 2018, pp. 3-15. Para uma clássica investigação do papel dos eleitores e da polarização na ruptura democrática, ver Nancy Bermeo, *Ordinary People in Extraordinary Times: The Citizenry and the Breakdown of Democracy* (Princeton: Princeton University Press, 2003).

11. Para perspectivas complementares sobre os microfundamentos do retrocesso democrático, ver também Carlo M. Horz, “Electoral Manipulation in Polarized Societies”. 2018. Não publicado; Zhaotian Luo; Adam Przeworski, “Subversion by Stealth: Dynamics of Democratic Backsliding”. 2018. Não publicado; e Monika Nalepa; Georg Vanberg; Caterina Chiopris, “Authoritarian Backsliding”. 2018. Não publicado.

12. A pesquisa nos Estados Unidos foi conduzida em conjunto com Matthew Graham e foi apresentada em “Democracy in America? Partisanship, Polarization, and the Robustness of Support for Democracy in the United States”. 2018. Não publicado; estudos-piloto na Tunísia e na Irlanda do Norte foram realizados em colaboração com Nathan Grubman e Bonnie Weir, respectivamente.

Alguns candidatos — escolhidos aleatoriamente — também foram descritos como apoiadores de uma medida que violaria um princípio democrático fundamental. A natureza e gravidade dessas violações variavam, aproximando as práticas que políticos eleitos usaram ou tentaram usar no país em questão. Na Turquia, por exemplo, uma das medidas propunha demitir servidores públicos que não apoiassem o partido do candidato, e outra sugeria substituir juízes que parecessem enviesados contra o partido do candidato. Na Venezuela, um conjunto de medidas focava em mudar a composição da comissão eleitoral: as opções eram manter o significativo viés pró-governo da comissão eleitoral à época do estudo, enviesá-la ainda mais indicando mais chavistas ou eliminar esse viés indicando uma comissão politicamente independente.

Exemplo de um cenário candidato-escolha do experimento

	Candidato 1	Candidata 2
Idade	50 anos	40 anos
Gênero	Masculino	Feminino
Raça	Branca	Branca
Experiência	Administrador por 21 anos	Advogada por 8 anos
Partido	Republicano	Democrata
Posições	A maconha deveria ser legalizada para uso recreativo e vendida apenas em locais autorizados.	A maconha deveria ser ilegal para todo mundo. Sem exceções.
	Participou de um subcomitê que fiscaliza a estrutura dos gabinetes dos parlamentares.	Apoiou uma proposta para reduzir o número de seções eleitorais em áreas que votam majoritariamente no Partido Republicano.
	Aumentar os repasses de verba a todos os distritos escolares locais.	Aumentar os repasses de verba a distritos escolares locais e priorizar os distritos escolares mais pobres.
Qual candidato você prefere?	Candidato 1	Candidata 2

Fonte: Matthew Graham; Milan W. Svobik, apêndice de “Democracy in America?”. Mar. 2019.

Nos Estados Unidos, foram apresentados candidatos que disputavam eleições estaduais (em vez da federal) e que apoiavam uma gama de políticas não democráticas historicamente adotadas no nível estadual. Algumas, como a supressão de voto por meio de *gerrymandering*,¹³ persiste até hoje. Em todos os contextos, a redação dessas posições não democráticas evitava uma linguagem que influenciasse de maneira normativa, permitindo que os respondentes decidissem por si mesmos se um determinado posicionamento era ou não uma ameaça à democracia. (Para uma amostra de cenário “candidato-escolha” do estudo para os Estados Unidos, conduzido com Matthew Graham, veja tabela ao lado. O apoio da Candidata 2 a uma “proposta para reduzir o número de seções eleitorais em áreas que votam majoritariamente no Partido Republicano” é um exemplo de posição que viola princípios democráticos.)¹⁴

Esses experimentos nos permitem isolar o efeito da tentativa de um candidato de subverter a democracia com base em suas perspectivas eleitorais. Pelo fato de que os posicionamentos não democráticos e, em alguns cenários, todos os atributos dos candidatos, foram aleatoriamente distribuídos, podemos comparar a proporção de votos recebidos por candidatos não democráticos ao de candidatos democráticos similares entre si nos demais aspectos. Uma redução na proporção de votos de um candidato não democrático é, de fato, uma métrica para a pena que os eleitores estão dispostos a aplicar em defesa da democracia. Esse desenho de pesquisa nos ajuda a responder uma questão-chave sobre o papel das pessoas comuns no retrocesso democrático: os eleitores valorizam a democracia o bastante para punir políticos que desrespeitam princípios democráticos? E, fundamentalmente, es-

13. Demarcação deliberada de distritos eleitorais com vistas a prevenir a formação uma maioria de partidos adversários. (N. T.)

14. Para maiores detalhes sobre o desenho desses experimentos, ver Matthew Graham; Milan W. Svobik, “Appendix to ‘Democracy in America?’”. Disponível em: <<https://campuspress.yale.edu/svobik>>.

tariam dispostos a fazê-lo quando isso implica votar contra seus próprios interesses políticos ou lealdades partidárias?

Dois importantes padrões emergem desses experimentos. Primeiro, pessoas comuns apoiam a democracia, mas esse suporte é tênue. Nos três países pesquisados — Turquia, Venezuela e Estados Unidos — e em uma gama de posições não democráticas, um candidato que apoiava uma medida não democrática sofria uma perda de votos da proporção de 35%. Essa margem é frequentemente decisiva em termos eleitorais, efetivamente impedindo ou punindo governantes eleitos com tendências autoritárias. Fundamentalmente, entretanto, a magnitude dessa punição é reduzida quando diferenças políticas ou partidárias entre candidatos são grandes ou quando o eleitorado está fortemente dividido. Em outras palavras, os eleitores relutam em punir políticos que desrespeitam princípios democráticos quando fazê-lo exige abandonar seu partido ou políticas favoritas.

Consideremos o caso da Venezuela. Após sua ascensão à presidência em 1999, Chávez conseguiu primeiro reduzir a política venezuelana a um único eixo econômico de conflito esquerda-direita e então deu início a uma série de agressões às instituições democráticas do país — um processo que escalou sob Nicolás Maduro, que na condição de vice-presidente assumiu o poder interinamente em 2012, devido a grave enfermidade de Chávez (morto em 2013), e foi eleito presidente no ano seguinte. A trajetória da Venezuela contradiz o senso comum sobre a influência da experiência democrática, renda e atitudes em relação à democracia ou à sobrevivência democrática: antes de Chávez, a Venezuela era uma das mais longevas e ricas democracias da América Latina, com altos níveis de apoio à democracia.

A conjunção de um candidato a autocrata e um eleitorado fortemente polarizado explica a trajetória da Venezuela. Quando, em 2016, ofereci a uma amostra representativa de venezuelanos uma escolha entre um candidato de esquerda que queria manter o sistema elei-

toral fortemente enviesado da Venezuela e um de direita disposto a reformá-lo, uma pequena maioria de venezuelanos optou pela escolha mais democrática. Mas a maioria daqueles mais à esquerda — que se depararam com uma escolha entre seus interesses econômicos e princípios democráticos — escolheu permanecer com o status quo não democrático.

Até mesmo nos Estados Unidos — um país que é visto, ao menos desde a *Democracia na América* (1835) de Alexis de Tocqueville, como um modelo de cultura cívica democrática —, eleitores com fortes preferências partidárias puniram candidatos não democráticos a uma taxa menor do que aqueles com lealdades políticas mais moderadas. Ademais, apoiadores de ambos os principais partidos adotaram dois pesos e duas medidas: foram mais lenientes em relação a um candidato não democrático quando este pertencia a seu partido de preferência. Deparados com uma escolha que confronta princípios democráticos com interesses partidários, os eleitores parecem estar dispostos a trocar o primeiro pelo último. Uma proporção significativa de turcos, venezuelanos e americanos colocam o partido em primeiro lugar e a democracia em segundo.

O segundo padrão que emerge desses experimentos “candidato-escolha” sugere que os centristas são uma força democrática fundamental. Em múltiplos contextos, pessoas politicamente moderadas punem candidatos não democráticos mais severamente do que eleitores com fortes preferências políticas ou lealdades partidárias. Nos Estados Unidos, por exemplo, apenas os mais moderados — aqueles que se identificam como independentes, mas tendem a votar em um dos dois principais partidos — estão dispostos a abandonar e se opor a um candidato não democrático de seu partido favorito em quantidade suficiente para levar à derrota eleitoral daquele candidato. Não parece ser o caso de pessoas moderadas se importarem mais com a democracia. Pesquisas mostram que pessoas com maior lealdade partidária valori-

zam a democracia tanto quanto ou até mais do que as moderadas. Na verdade, parece que, ao votar, os centristas são capazes de dar maior valor a princípios democráticos por causa de sua menor lealdade a candidatos com base em seu partido ou políticas. Em suma, centristas exercem exatamente o tipo de controle eleitoral democrático ausente em sociedades polarizadas.

Essa evidência sugere que pessoas comuns estão, de fato, dispostas a trocar princípios democráticos por interesses sectários — um fator que pode explicar por que democracias polarizadas parecem ser particularmente vulneráveis a retrocessos democráticos. Esses experimentos foram conduzidos entre 2016 e 2018, mas os padrões por elas revelados não são novos. Em *Poliarquia*, Dahl discute uma pesquisa de março de 1966 da Gallup que perguntou aos argentinos: “você acharia bom ou ruim se o governo banisse a participação de peronistas nas próximas eleições?”.¹⁵ As respostas mostram uma forte correlação entre o nível de educação do respondente e oposição ao banimento dos peronistas. A correlação é negativa: eram os argentinos com maior nível de escolaridade que se opunham menos a essa proposta flagrantemente não democrática!

Como observou Dahl, essa correlação não pode ser entendida como evidência de forte comprometimento com a democracia entre os argentinos com menor escolaridade. Dada a relação claramente positiva entre educação e apoio à democracia na Argentina e no resto do mundo, o mais provável é que o comprometimento com a democracia provavelmente fosse mais forte entre os argentinos com maior escolaridade. No entanto, quando confrontados com essa questão, os argentinos com maior escolaridade — e melhor padrão de vida — de fato se depararam com uma escolha entre seu comprometimento com princípios democráticos e seus interesses econômicos. O peronismo, cuja plataforma inclui políticas redistributivas e de proteção dos direi-

15. Dahl, op. cit., p. 140.

tos de trabalhadores¹⁶, representava uma ameaça a esses interesses. De maneira consistente com a evidência dos experimentos candidato-escolha conduzidos mais de meio século depois, muitos dos argentinos com maior escolaridade decidiram em favor de seus interesses econômicos — aquiescendo à proibição da participação eleitoral de uma plataforma política popular¹⁷. Três meses após essa pesquisa ter sido conduzida, um golpe militar visando exatamente suprimir a esquerda suspendeu a democracia argentina por meia década.

Apoio à democracia ou conversa mole?

Quando cientistas políticos medem o comprometimento público a princípios democráticos mundo afora, fazem uso de uma gama de indicadores de “apoio à democracia” geralmente baseados em perguntas que medem diretamente atitudes em relação à democracia enquanto sistema político — como: “em que medida é importante para você viver em um país governado de maneira democrática; por favor responda em uma escala de 1 a 10, onde 1 significa ‘nada importante’ e 10 significa ‘absolutamente importante’” — ou em perguntas que medem o grau de atratividade de alternativas autoritárias à democracia — como: “você acredita que, quando o país vive tempos difíceis, é justificável para o presidente governar sem o Congresso?”.

Desde ao menos os anos 1960, quando Gabriel Almond e Sidney Verba publicaram seu trabalho sobre “cultura cívica”, indicadores desse tipo sempre foram usados para refletir a demanda das instituições políticas e até mesmo a aptidão democrática.¹⁸ Tanto nas pesquisas

16. Nota do editor brasileiro: As políticas redistributivas e de proteção dos direitos de trabalhadores do peronismo são frequentemente descritas como “populistas” por seus adversários.

17. Nota do editor brasileiro: Plataforma vista como “populista”, segundo outra ótica.

18. Gabriel A. Almond; Sidney Verba, *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

sobre democratização quanto na prática da promoção da democracia, acreditava-se que a “cultura democrática” de um país fosse um bastião contra o autoritarismo. Barry Weingast articulou essa visão ao observar que a democracia “entra num círculo virtuoso quando seus cidadãos valorizam tanto os princípios democráticos que estão dispostos a defendê-los retirando seu apoio de um governante quando este tenta violá-los”.¹⁹ A democracia sobrevive, de acordo com essa linha de raciocínio, quando elites oportunistas são controladas pelos cidadãos pró-democracia.

A evidência apresentada nesse artigo põe em dúvida a relevância prática de indicadores convencionais de apoio à democracia. Grandes majorias em países que passaram por erosão democrática — incluindo Turquia e Venezuela — expressam um sólido comprometimento com a democracia de acordo com tais indicadores, tanto antes como depois de essas democracias terem sido subvertidas por seus líderes. O mesmo acontece com os respondentes de democracias avançadas, incluindo os Estados Unidos. Mas, quando confrontados com uma escolha entre dois candidatos, um que demonstra pouco respeito por princípios democráticos, mas apela aos interesses sectários dos eleitores e um que é democrático, mas também menos atraente, esse comprometimento parece ser uma ordem de grandeza mais fraco — seja na Turquia, Venezuela ou Estados Unidos.

Uma explicação parcial para essa discrepância é que, ao perguntar diretamente sobre o apoio à democracia, indicadores convencionais convidam a uma resposta socialmente desejável ou politicamente correta. A maioria das democracias transmite a seus cidadãos a ideia de que a única resposta socialmente aceitável à pergunta “a democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo; você concorda?” é “concordo”. Não devemos nos surpreender quando ouvimos exatamente essa resposta.

19. Barry R. Weingast, “The Political Foundations of Democracy and the Rule of Law”. *American Political Science Review*, v. 91, n. 2, jun. 1997, pp. 245-63.

Em contraste, nos experimentos “candidato-escolha” discutidos anteriormente, uma posição não democrática de um candidato é apresentada como apenas uma entre várias características, não revelando, dessa forma, o interesse do pesquisador precisamente naquele atributo. Em outras palavras, esses experimentos são indicadores de “preferência revelada” de apoio à democracia: em vez de perguntar diretamente sobre princípios democráticos, medem o comprometimento dos respondentes com esses princípios de maneira indireta, fazendo inferências a partir de suas escolhas em cenários que refletem dilemas do mundo real apresentados pelo retrocesso democrático. De acordo com essa metodologia, acredita-se que os respondentes “apoiem a democracia” não quando dizem fazê-lo, mas quando suas escolhas revelam uma disposição para colocar princípios democráticos acima de interesses sectários.

Esse último ponto sugere que os indicadores convencionais de apoio à democracia podem apresentar problemas de uma maneira mais fundamental: não conseguem capturar a disposição dos respondentes para escolher princípios democráticos quando estes competem com outras opções. Nas próximas eleições parlamentares da Polônia, o eleitorado não estará simplesmente escolhendo entre uma alternativa democrática e outra autoritária, a primeira representada pela oposição liberal e a última pelo partido governante, o Lei e Justiça (PiS). De fato, nos últimos quatro anos o partido Lei e Justiça vem tentando reescrever a constituição da Polônia a seu favor. Mas a decisão que os poloneses terão que fazer no outono de 2019 pode ser mais bem descrita como uma escolha entre um partido Lei e Justiça — que demonstra pouco respeito por princípios democráticos mas, ao mesmo tempo, governou em um período de altas taxas de crescimento econômico e generosos programas sociais — e uma oposição pró-democracia que não pode dizer o mesmo. Colocado de outra forma, grande parte do eleitorado polonês — especialmente os eleitores que compõem a

base rural e socialmente conservadora do partido Lei e Justiça — será convidada a colocar princípios democráticos acima de seus interesses econômicos e políticos.

São essas as escolhas exploradas por autocratas em potencial. Por padrão, indicadores convencionais de apoio à democracia não conseguem medir esse tipo de escolha. Isso não implica automaticamente que valores democráticos não importem para a estabilidade democrática; de fato, a evidência de que disponho sugere que, sim, importam, e importam de uma maneira potencialmente decisiva politicamente. No entanto, precisamente quando se considera que o apoio à democracia seja crucial — quando um eleitorado se confronta nas urnas com um governante iliberal —, indicadores convencionais deixam escapar um importante dilema enfrentado pelos eleitores e, consequentemente, exageram sua disposição para resistir ao autoritarismo. Indicadores convencionais de apoio à democracia não são um bom guia para o que podemos realisticamente esperar dos eleitores em defesa da democracia.

Pessoas comuns em retrocessos democráticos

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, uma série de pesquisas acadêmicas perguntou à população das três maiores cidades do Chile se um governo militar era apropriado para seu país.²⁰ A vasta maioria dos respondentes, aproximadamente 70% ao longo desse período, respondeu “não”. De acordo com as mesmas pesquisas, quase todos os chilenos acreditavam que seu país era democrático e a maioria escolheu “liberdade e democracia” entre várias opções quando perguntados sobre o que mais os fazia “sentir orgulho do Chile”. Essas respostas são consistentes com o status do Chile à época como uma das democracias mais maduras e estáveis da América Latina.

20. Essas pesquisas cobrem o período 1967-73 e estão disponíveis no CEDOP/Hamuy Archive do Roper Center for Public Opinion Research da Universidade Cornell.

A última pesquisa a fazer esse tipo de pergunta foi realizada em Santiago em fevereiro de 1973. Mesmo então — entre as greves, protestos e hiperinflação que marcaram o mandato do presidente Salvador Allende —, 73% dos respondentes se opunham a um governo militar. Diferenças ao longo do espectro ideológico do Chile eram modestas: 80%, 71% e 62% daqueles à esquerda, centro e direita, respectivamente, e 77% e 73% daqueles que apoiavam os socialistas e os democratas-cristãos (os dois maiores partidos), respectivamente, opunham-se a um governo militar. Sete meses depois, em setembro de 1973, um golpe militar levou ao poder uma das ditaduras mais repressivas do século 20.

Chilenos comuns não participaram diretamente da decisão pelo golpe militar de 1973 e, caso tentassem resistir a ela, certamente acabariam mortos, torturados ou presos. Outra coisa é a capacidade de pessoas comuns de influenciar o curso do retrocesso democrático. Diferentemente de golpes militares, aqueles que se opõem a uma tomada de controle pelo Executivo não precisam participar de manifestações, desobediência civil ou luta armada. Em uma democracia, pessoas comuns podem parar políticos com ambições autoritárias simplesmente através do voto.

Um melhor entendimento de quando podemos realisticamente esperar que pessoas comuns resistam ao autoritarismo é, portanto, essencial para uma explicação do retrocesso democrático. Um fator-chave, propus, é a intensidade dos conflitos políticos de um país. As diferenças políticas que Lipset chamou de “a força vital da democracia” tornam-se oportunidades estruturais para potenciais autocratas quando se solidificam em campos hostis em um clima de polarização política aguda. O discernimento de Chávez, Orban ou Erdoğan baseia-se em sua capacidade de travar batalhas políticas em torno de clivagens sociais que estavam apenas latentes quando foram eleitos pela primeira vez. Ao fazê-lo, as eleições passam a apresentar a seus apoiadores a

escolha entre seus interesses sectários por um lado, e princípios democráticos do outro. A evidência que apresentei sugere que parte significativa de eleitorados divididos está disposta a sacrificar esta última em favor da primeira. A polarização corrói a capacidade de um eleitorado de resistir ao autoritarismo.

Esses argumentos e evidências sugerem que precisamos repensar o papel de pessoas comuns no retrocesso democrático. Os principais protagonistas na maioria dos relatos acadêmicos e jornalísticos de retrocessos democráticos são os autocratas em potencial; são líderes como Chávez, Putin e Erdoğan, que vêm desconstruindo democracias. Por sua vez, pessoas comuns estão alheias a esse drama. Se aparecem no elenco, é quase sempre no papel das vítimas. Essas histórias apresentam a luta pela sobrevivência da democracia como uma luta entre elites oportunistas e mesmo antidemocráticas e massas liberais e pró-democracia.

Essa narrativa não leva em conta um fator importante: Chávez, Putin e Erdoğan erodiram a democracia em seus países com o consentimento tácito e às vezes explícito de uma parte significativa — muitas vezes a maioria — de seus eleitorados. Que fique claro: isso não inocenta os autocratas. Apenas em raros casos pessoas comuns demandaram de fato a instalação de uma ditadura e, mesmo nesses casos, apenas uma pequena fração da sociedade, como documentado por Nancy Bermeo.²¹ Mas, como o retrocesso democrático é um processo que começa a partir de uma democracia, pessoas comuns desempenham um papel central nisso. São partícipes indispensáveis, ainda que hesitantes. Potenciais autocratas conseguem subverter a democracia somente quando recebem essa oportunidade de um público sectarista.

21. Bermeo, op. cit.

Notas

Este ensaio baseia-se em pesquisa realizada originalmente para dois projetos: Milan W. Svolik, “When Polarization Trumps Civic Virtue: Partisan Conflict and the Subversion of Democracy by Incumbents”; e Matthew Graham; Milan W. Svolik, “Democracy in America? Partisanship, Polarization, and the Robustness of Support for Democracy in the United States”. Gostaria de agradecer a Matthew Graham, Nathan Grubman, Melis Laebens e Bonnie Weir por seus valiosos comentários e discussões e ao MacMillan Center for International and Area Studies da Universidade Yale pelo financiamento da pesquisa.

Partidos, movimentos, democracia: riscos e desafios do século XXI

Marco Aurélio Nogueira

Marco Aurélio Nogueira é professor titular aposentado da Universidade Estadual Paulista, tradutor e articulista do jornal “O Estado de S. Paulo”. Autor de “As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado” (Paz e Terra, 1998), “Em defesa da política” (Editora Senac, 2001), “Um Estado para a sociedade civil. Temas éticos e políticos da gestão democrática” (Cortez, 2004), “Potência, limites e seduções do poder” (Editora Unesp, 2008), “O encontro de Joaquim Nabuco com a política. As desventuras do liberalismo” (Paz e Terra, 2010), “As ruas e a democracia. Ensaios sobre o Brasil contemporâneo” (FAP/Contraponto, 2013).

Nascidos como esteios das grandes democracias representativas de massa surgidas gradualmente na Europa a partir das últimas décadas do século XIX e com maior ímpeto após a Segunda Guerra Mundial, os partidos políticos ingressaram no século XXI em franco processo de crise. Ainda permanecem como personagens centrais do jogo político e parlamentar, mas perderam protagonismo como agentes de mobilização, educação política e formatação da cidadania. Por caminhos múltiplos, puseram em xeque suas próprias autoimagens culturais e o modo mesmo como são vistos e assimilados pela opinião pública. Deixaram, em suma, de atuar como fatores de

* Artigo inédito para *Journal of Democracy em Português*, Volume 8, Número 2, Novembro de 2019. @ National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press.

hegemonia – de formação de consensos e da fixação de diretrizes ético-políticas –, processo que se transferiu sempre mais para o mercado (o marketing, a publicidade), a indústria cultural e os diferentes ambientes virtuais.

O mundo político foi assim literalmente invadido por políticos personalistas, regra geral demagógicos e populistas, bem como pela efervescência caótica das redes sociais e do ativismo associativo. A derrocada dos partidos, especialmente em sua formatação tradicional, com máquinas administrativas pesadas e ritos verticalizados, passou a reforçar a ideia de que a democracia representativa ingressou em crise de igual proporção, com a ampliação da fuga dos eleitores, o aumento do desinteresse político da população e a desvalorização das eleições como método para a escolha dos governantes.¹

Nos países ocidentais, a abstenção eleitoral chega a ultrapassar um quarto do eleitorado, ao mesmo tempo em que crescem os protestos de todo tipo e as críticas aos sistemas políticos, aos partidos e a seus líderes. As vozes dos cidadãos, porém, não chegam aos vértices do Estado, o que despoja a democracia de parte ponderável de sua capacidade de limitar o poder.²

Eleitores se afastam das urnas, partidos perdem inscritos e militantes, decai a confiança nas instituições. A movimentação associativa parece ignorar a política institucionalizada e esta, por sua vez, tende a se oligarquizar, a aprofundar seus nexos com o sistema econômico-financeiro e a virar as costas para os cidadãos, que passam a se sentir “sem representação”. A sensação é de que há muita “política” e pouquíssima política ao mesmo tempo. Estaríamos fren-

1. Adam Przeworski, *Perché disturbarci a votare?* Milano: EGEA, 2018.

2. Sabino Cassese, *La democrazia e i suoi limiti*. Roma: Mondadori, 2017.

te ao esgotamento da “democracia representativa fundada sobre uma relação de osmose entre os cidadãos e seus representantes”? Tal crise somente poderia ser superada se a estrada dos cidadãos voltasse a se encontrar com os caminhos da política.³

O populismo ressurge

Movimentos populistas apareceram recentemente em quase todas as democracias, impulsionando o que costuma ser visto como uma inflexão mundial da extrema direita, renacionalizante e conservadora. Mas é um fato que “políticos de todas as colorações apelam para os interesses do povo, e todo partido de oposição faz campanhas contra o *establishment*”, o que complica a distinção entre o populismo e a política democrática corriqueira. Para Nadia Urbinati, “o populismo deve ser considerado uma nova forma de governo representativo”, baseado em uma relação direta entre o líder e as pessoas que ele define como “boas” ou “corretas” e com as quais ele se relaciona sem a necessidade de intermediários - em particular, sem partidos políticos e meios de comunicação independentes.⁴ Ainda que tais governos populistas se distingam de regimes ditatoriais ou fascistas, sua dependência da vontade do líder, sua baixa tolerância, sua repulsa às oposições e às rotinas constitucionais da democracia fazem com que estejam sempre a um passo do autoritarismo.

Democracias iliberais

Marca registrada dessa situação é o surgimento, em diversas sociedades, de formas variadas do que tem sido chamado de “democracia

3. Valentina Pazé, *Cittadini senza politica. Politica senza cittadini*. Torino: Edizioni Gruppo Abele, 2016.

4. Nadia Urbinati, *Me the people: How Populism Transforms Democracy*. Harvard University Press, 2019.

iliberal”): sistemas em que se dá a eleição regular dos dirigentes políticos mas onde pouco respeito há pelos direitos humanos, pelo pluralismo e pela tolerância, com a formação de um circuito que tende a garantir a reposição dos detentores do poder. Os casos de Viktor Orbán (Hungria), Recep Erdoğan (Turquia) e Vladimir Putin (Rússia) são considerados emblemáticos. Donald Trump (Estados Unidos) e Jair Bolsonaro (Brasil) seguem a tendência, na qual os instrumentos legais da democracia são empregados de modo autoritário e mediante uma coreografia demagógica que, prolongada no tempo e articulada mundialmente, sugere a cristalização do risco daquilo que Steven Levitsky e Daniel Ziblatt chamaram de “morte das democracias”.⁵

O voto serviria para legitimar governos que corroem a democracia. “O retrocesso democrático hoje começa nas urnas”, escrevem Levitsky e Ziblatt. Ampliam-se os espaços para a emergência de *outsiders* que, aproveitando-se com maior ou menor inteligência dos espaços democráticos existentes e contando com a conivência de forças sistêmicas, do Legislativo ao Judiciário, promovem práticas que rebaixam a democracia e, como decorrência, minam a capacidade de oposição dos partidos políticos e movimentos. Não somente descaracterizam as regras democráticas e roubam legitimidade das oposições, como agem para limitar as liberdades civis e fazem vistas grossas ao emprego da violência, quando não a estimulam abertamente.

Há ritos, rotinas e instituições democráticas, mas não há um processo organizado de produção de democracia e de disseminação da consciência de cidadania. Clãs familiares, organizações fanatizadas, patriotismo artificial agressivo, violência verbal e ameaças à imprensa e ao jornalismo, tuítes bizarros e falas destemperadas liberam toxinas antidemocráticas que vão dissolvendo o que existe de sentimento de pertencimento a um povo comum, a um *demo*, um “nós” democrático.

5. Steven Levitsky & Daniel Ziblatt, *Como as Democracias Morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Para complicar, os governos assim constituídos apresentam-se como se carregassem nas mãos todas as promessas de renovação política e regeneração moral. Fomentam confusão e mal-estar, contribuindo para desorganizar e paralisar os partidos que a eles poderiam se opor. A “desunião democrática” serve, assim, de alimento para a chegada ao poder dos novos autoritários e para sua reprodução.

No caso brasileiro, pôs-se em circulação uma retórica reacionária de fundo evangélico e concentrada nos costumes. Valores conservadores que defendem a família, a pátria, a autoridade paterna, a masculinidade e a religião são proclamados ao mesmo tempo em que se faz o elogio do ultraliberalismo na economia, formando um composto paradoxal.

Em sociedades divididas e fragmentadas, carentes de pontes e mediações políticas, como são muitas das atuais, o reacionarismo consegue se reproduzir. As “democracias iliberais” alimentam-se da insegurança e das incertezas que cercam os cidadãos que, reunidos em grupos pequenos e autorreferidos, tornam-se presas fáceis de líderes que se apresentam como “fortes” e dispostos a tudo para ajudar os mais “fracos”.

Passa-se a falar em “pós-democracia”: “ainda que as eleições continuem a transcorrer e a condicionar os governos, o debate eleitoral é um espetáculo firmemente controlado, conduzido por grupos rivais de profissionais especializados nas técnicas de persuasão e concentrado em um número restrito de questões selecionadas por esses grupos. A massa dos cidadãos desempenha um papel passivo, aquiescente, até mesmo apático, limitando-se a reagir aos sinais que recebe. À parte o espetáculo da luta eleitoral, a política é decidida em privado pela interação entre os governos eleitos e as elites que representam quase exclusivamente interesses econômicos”.⁶

Especialmente na esfera superior do sistema político, o clima é de mudança de paradigma e perda de qualidade da democracia: entre as

6. Colin Crouch, *Postdemocrazia*. Roma-Bari: Laterza, 2012, p. 7.

muitas dimensões caóticas das modificações políticas contemporâneas, “o primeiro aspecto que se deve destacar é o processo de regressão oligárquica da democracia”, ou seja, o “deslocamento para cima dos mais relevantes centros de tomada de decisões, com o que as decisões políticas escapam das sedes mais amplas e se refugiam em lugares menos acessíveis, reservados a restritos grupos oligárquicos”, traduzindo-se assim em “um verdadeiro processo de des-democratização”.⁷

Nesse ambiente, os governos e a classe política se soltam de suas comunidades e as deixam sem muitas saídas, ao mesmo tempo que pioram seu desempenho. Nos vazios que se abrem, projetam-se uma cidadania ativa, mas excessivamente posicionada contra o sistema político, mídias tradicionais e novas mídias, muitas tribos e nichos identitários, um mercado que funciona com moto próprio e indivíduos “empoderados”. Economia, política e sistema de comunicação estão conectados, mas há pouca articulação democrática: falta solidariedade (coesão e unidade) entre as classes e dentro de cada classe. Tudo isso encapsula e comprime a democracia política.

O social fica mais complexo

A guinada iliberal da democracia, embora se dê em um terreno imediatamente político e ideológico, tem determinações sociais profundas. Nas sociedades hipermodernas dos dias atuais, as experiências cotidianas sofrem o efeito cruzado da financeirização e da mundialização. A revolução tecnológica faz com que a vida se acelere, se diferencie, se fragmente e se individualize. A “estabilidade” é problematizada em termos individuais, nos relacionamentos, na vida profissional e nas organizações, sejam elas empresas, escolas, movimentos ou partidos políticos, que precisam empenhar sempre mais recursos (financeiros,

7. Stefano Petrucciani, *Democrazia*. Torino: Einaudi, 2014, p. 353.

humanos, técnicos, emocionais) para funcionarem de modo razoável.⁸ As sociedades passam a ser eminentemente comunicativas, com a informação adquirindo valor crescente como recurso essencial de atuação, especialmente precioso quando se tem em vista a intensificação de um firme “desejo social de participação”.

Reitera-se, desse modo, o processo registrado por Norbert Elias: o “equilíbrio entre a identidade-eu e a identidade-nós” é abalado, radicalizando uma dinâmica que vinha, a rigor, desde o final da Idade Média. “Mais e mais frequentes se tornaram os casos de pessoas cuja identidade-nós se enfraqueceu a ponto de elas se afigurarem a si mesmas como *eus* desprovidos do *nós*”, com a consequência de que a “identidade-nós das pessoas, embora decerto permanecendo presente, passou a ser obscurecida, em sua consciência, pela identidade-eu”.⁹ Trata-se de um processo que explica a gradual perda de coesão social provocada pela complexificação globalizada da vida e que, ao mesmo tempo, ajuda na compreensão da reação renacionalizante que se manifesta com regularidade ao longo da história, com particular destaque nos dias atuais, que poderiam ser percebidos como atravessados por uma espécie de “vingança” da “identidade-nós”.

Nessas sociedades, a mundialização da economia exerce um efeito desagregador sobre os diversos aspectos da vida organizada. Há mais do que transformação e mudança acelerada, a ponto de Ulrich Beck falar em “metamorfose”, uma transformação da natureza humana: estão todos – sociedades, grupos, classes, indivíduos, organizações – projetados no mundo, que se cosmopoliza e passa a exercer forte

8. Explorei a hipótese do “sofrimento das organizações” – processo que encarece seus custos de funcionamento e sobrecarrega os indivíduos – no cap. 5 de *Um Estado para a sociedade civil. Temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.

9. Norbert Elias, *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 161.

“atração gravitacional” sobre os Estados nacionais e suas instituições. Ocorreria então uma “metamorfose abrangente, não intencional, não ideológica, que se apodera da vida diária das pessoas e acontece de maneira quase inexorável, com uma enorme aceleração que supera constantemente as possibilidades de pensamento e ação”.¹⁰

Em uma “sociedade de risco mundial”, na qual se empilham “incertezas fabricadas”, descontroles e descuidos, a maior parte dos problemas não encontra resposta institucional, criando a sensação de caos e insegurança. As instituições fracassam porque, concebidas que foram no interior de uma lógica nacional, não estão equipadas para a realidade cosmopolita. Ingressa-se em uma “zona crepuscular entre o falecimento da era nacional e a emergência de uma era cosmopolita”, zona essa em que o indivíduo se torna o ponto de referência, mas “afunda em uma inimaginável quantidade de dados”. A comunicação digital intensificada “força os indivíduos a confiar em si mesmos porque solapa a matriz de identidades coletivas dadas e a usar os recursos que os espaços cosmopolitas de ação possuem”. A experiência cotidiana fica cortada por uma espécie de “reflexividade organizada”, na qual tudo se torna reflexo e reflexão.¹¹

A vida fica saturada de tecnologia de comunicação e informação. Ganhos conseguidos com o progresso mostram-se sempre mais carregados de perigo. A paisagem mundial fica tingida por crises econômicas sucessivas e tragédias ambientais, tsunamis inesperados, incêndios arrasadores, em um quadro de irresponsabilidade de governos e instituições. A atual questão climática e do aquecimento global insere-se precisa-

10. Ulrich Beck, *A metamorfose do mundo: Novos conceitos para uma nova realidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 79-82. Sobre o processo de aceleração em particular, ver Hartmut Rosa, *Accélération. Une critique sociale du temps*. Paris: La Découverte, 2010.

11. Ulrich Beck, *idem, ibidem*, p. 195, 181. Para uma visão ampla dos desafios da época, ver Sérgio Abranches, *A Era do Imprevisto: a grande transição do século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

mente nesse contexto: tratada ora de forma apocalíptica, ora com desdém, ela expressa, ao mesmo tempo, a incompetência dos governos – muitos dos quais, por não saberem como enfrentar o problema, alegam que ele não existe –, e a ausência de um consenso internacional sobre como gerenciar a gravidade da situação ambiental.¹²

A expansão e a consolidação da globalização se fazem acompanhar de uma generalizada multiplicação dos sujeitos sociais, mas não trazem consigo um particular reforço da institucionalidade, o que faz com que a vida social fique mais solta em relação ao Estado e ao aparato institucional. A crise de poder do Estado-nação implica uma crise de confiança dos cidadãos em relação a seus governos e sistemas políticos, corroendo parte das condições de legitimidade. Constrangidos pelo capital financeiro, pelas agências internacionais, por redes e fluxos globais, os Estados obrigam-se a despender esforços ininterruptos para manter viva sua operacionalidade “para fora” e sua capacidade de resposta “para dentro”, ficando com mais dificuldade para atender às demandas de seus cidadãos. Como observou Yuval Harari, “estamos encalhados em políticas nacionais” ao passo que tudo o mais se globaliza:¹³ a dissonância produz um descolamento entre Estado e sociedade, gerando um vácuo difícil de ser preenchido.

É o que permite a Alain Touraine falar em “situação pós-social”: sistemas e atores não mais se integram, jazem separados do mesmo modo que a economia e a sociedade, e somente conseguem ser politicamente unificados em patamares universais (os direitos humanos, o ambientalismo, a regulação da economia globalizada, por exemplo). Os partidos políticos progressistas, formados e treinados em outra estrutura social, sofrem para se adaptar ao mundo “pós-social”.

12. Ver o instigante livro de David Wallace-Wells, *A terra inabitável: Uma história do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

13. Yuval Noah Harari, *21 lições para o século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 162.

O ambiente geral é de rupturas, dissociação e ruídos.¹⁴

Dinâmicas sociais desse tipo produzem múltiplos efeitos sobre as ações coletivas. As lutas passam a ser mais segmentadas e individualizadas, orientadas por identidades e direitos. Com a ampliação do “desejo de participação”, as agendas se fragmentam e se torna mais difícil unificá-las, especialmente porque cresce a intolerância com organizações “pesadas”, lentas, burocráticas e centralizadas, como são os partidos políticos. As lutas tendem a ser performáticas e “expressivas”, espetacularizadas, concentradas na busca por identidade, autonomia e reconhecimento.

Os embates sociais tornam-se claramente “disputas de significados”, de “narrativas” e de modelos culturais. Para os movimentos que surgem a partir dessa dinâmica, o que importa não é mais o poder do Estado ou do sistema político e de seus agentes, mas o poder do cidadão e de suas organizações, a dignidade do indivíduo e dos pequenos atores sociais. O “empoderamento” torna-se a meta. Não se trata de mudar a ordem capitalista ou reformá-la, como na esquerda tradicional, mas sim de garantir espaços sempre maiores de autonomia individual, solidariedade cívica, cooperação, tanto quanto possível gerando atritos que modulem a força e as restrições do sistema institucional e do sistema econômico.¹⁵

14. Touraine explorou a hipótese da “situação pós-social” em inúmeros livros e artigos, que remontam aos anos 1990. Ver, em particular, *Um novo paradigma: Para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2007, e *Após a crise. A decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais*. Petrópolis: Vozes, 2011.

15. A sociologia dos movimentos sociais está fortemente associada às obras de Alain Touraine elaboradas desde os anos 1970 com a preocupação de analisar o impacto que a mudança estrutural do capitalismo (a “sociedade pós-industrial”) teve sobre a movimentação associativa. Alberto Melucci também explorou sistematicamente essa tese, por exemplo em *Nomads of the Present: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society*. Hutchinson Radius, 1989. A literatura a respeito é ampla. Para uma revisão abrangente, ver Jeffrey C. Alexander, *Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do*

Movimentos e partidos

Se, por um lado, demagogos e populistas são vistos como fatores negativos, que rebaixam a qualidade da democracia e fazem com que prevaleça uma atuação política desprovida de grandeza cívica, as redes e o ativismo associativo costumam ser tratados como fatores que expressariam os novos termos da vida social e carregariam consigo algumas promessas de revitalização democrática. Ainda que nem sempre o ativismo cidadão seja uma ferramenta efetiva de democratização, é um fato que sua expansão ao longo das últimas décadas reflete uma busca por participação que não estaria a ser fornecida pela vida política institucionalizada e pelos partidos políticos, que atuam sempre mais fechados em si mesmos. A contestação feita pelos novos movimentos em rede, nacionais e transnacionais, seria assim tanto uma “virtude cívica”, que fomenta a participação dos cidadãos, como um desafio para a democracia, graças aos efeitos disruptivos que tendem a ter sobre governos e sistemas políticos.

Como, porém, os partidos controlam os canais institucionais da política e são particularmente decisivos nos processos eleitorais, criou-se a percepção na opinião pública de que eles seriam os verdadeiros donos da representação, personagens do fenômeno da “partidocracia” e daquilo que, no Brasil, designou-se como “velha política”. Em uma época na qual a política não é devidamente valorizada no âmbito estatal e na opinião pública, os partidos são rejeitados por serem vistos como excessivamente poderosos no controle do processo decisório, o que afastaria os cidadãos das decisões políticas e bloquearia a participação cívica, com o efeito colateral de entregar a política aos interesses unilaterais dos políticos e à corrupção.

O incômodo causado pelos partidos, porém, nem sempre foi uma regra, ainda que tenha se manifestado de forma recorrente em diversas

sociedades. Os partidos políticos de massa, em particular, conheceram períodos de prestígio, identificação e interação ético-política com os cidadãos, durante os quais atuaram de maneira efetiva tanto na governança das sociedades como na formulação de políticas públicas e na ampliação de direitos e garantias. Os “trinta anos dourados” do Estado de bem-estar, na Europa, por exemplo, foram vividos com um claro protagonismo partidário, sobretudo da social-democracia, do trabalho, da democracia cristã e do comunismo democrático. Muitos processos de transição democrática, como no Brasil de 1982 até a primeira década do século XX, foram vividos com a presença de partidos políticos com capacidade de liderança e articulação, casos do MDB, do PT e do PSDB, que obtiveram expressivo reconhecimento social.

Como observou Norberto Bobbio, dentre outros, “a polêmica anti-partidos é tão antiga quanto os próprios partidos”. Como são associações de pessoas que “fazem acordo para estimular certas decisões políticas mais do que outras e determinar a política nacional”, é inevitável que os partidos sejam vistos como grupos privados de poder, mesmo que revestidos de funções públicas.¹⁶ Além do mais, a tipologia dos partidos é elástica e acomoda desde associações personalistas, instrumentalizadas pelos chefes, nas quais nada se discute ou se formula, até organizações especializadas no controle de recursos de poder e que operam como verdadeiros *clusters* dentro do Estado, com as devidas variações (partidos-Estado, partidos ideológicos, partidos-rede, partidos de massa). Tal fato faz com que se amplie com facilidade a imagem negativa dos partidos, ao mesmo tempo que dificulta sobremaneira o estabelecimento de fronteiras ou distinções entre o que é um partido e o que é um movimento cívico ou um movimento de ideias.

Acrescente-se a isso que os partidos foram fortemente afetados pelas “consequências da modernidade” tardia, que aprofundaram a

16. Norberto Bobbio, *Contra os novos despotismos*. São Paulo: Editora UNESP, 2016, p. 29-31.

reflexividade social, ou seja, geraram um universo de ação estruturado mediante práticas sociais que são constantemente “examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre as próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”. O “conhecimento reflexivamente aplicado” e a revisão daquilo que está dado são radicalizados e reverberam em todos os aspectos da vida, fazendo com que cada pessoa seja impelida a refletir sobre suas próprias condições existenciais, ao mesmo tempo em que a dinâmica estrutural repercute sobre si mesma, gerando um permanente movimento de transformação.¹⁷

Ao se combinar com a reorganização global da produção econômica capitalista, a modernização reflexiva sacrificou o mundo do trabalho, fragmentou as sociedades e pôs em curso uma revolução tecnológica-digital que imprimiu inédita velocidade à comunicação, reconfigurando os relacionamentos sociais, a cultura, as formas de organização. Movimentos de todo tipo surgiram na sociedade civil, impulsionados por lutas identitárias ou pela contestação ao sistema, desafiando as organizações partidárias. Tais circunstâncias modificaram o peso relativo dos partidos *vis-à-vis* as sociedades civis, os Estados e os mercados.

Os partidos passam a aprofundar sua crise, seja porque têm dificuldades para ajustar seus procedimentos aos novos ritmos da vida, seja porque suas bases de referência (classes sociais, grupos, regiões) se fragmentaram e adquiriram outras formas de agregação, seja enfim porque a própria democracia passou a sofrer abalos em sua tradução institucional. No afã de compensar a crise, os partidos ingressam em

17. Anthony Giddens, *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991, p. 45-46. Ver também do mesmo autor *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996. Para uma discussão mais abrangente, Anthony Giddens, Ulrich Beck & Scott Lash, *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

metamorfose permanente, perdendo as características que lhes davam sustentação e coerência.

Está nesse ponto o dilema que tem levado seja ao desaparecimento de grandes partidos da tradição comunista, como o italiano, seja aos problemas da social-democracia e do trabalhismo nos países em que conheceram sua maior fortuna (França, Alemanha, Inglaterra). A rigor, as organizações partidárias vivem hoje a processar conflitos internos e a estabelecer relacionamentos com movimentos que as acossam e com elas competem. O quadro é de busca de reposicionamento, de recuperação de um protagonismo que se perdeu no tempo.

Configura-se assim um quadro no qual a proliferação de movimentos empurra a política para uma dinâmica sempre mais centrífuga, sem que os partidos consigam compensar isso com a afirmação de uma dinâmica oposta, de tipo centrípeta. Em decorrência, prolongam-se processos que ampliam a fragmentação, não beneficiam a democracia e minam a “consciência da coletividade”.¹⁸

A crise dos partidos de massa (especialmente dos perfilados mais à esquerda) coincide, por um lado, com o esgotamento das duas tradições que moldaram o mundo moderno, o liberalismo e o socialismo, e, por outro, com a disseminação social da democracia e dos direitos humanos. O desdobramento disso é que a luta política fica desprovida de agentes capazes de levar a democracia para o plano institucional, que é onde se pode de fato garantir direitos e ampliar a cidadania. Crescem assim os dilemas do campo progressista, ou seja, das correntes políticas e intelectuais sustentadas pela interpenetração vigo-

18. A ideia está na vigorosa crítica dirigida por Mark Lilla ao Partido Democrata dos EUA: “As forças que atuam na política partidária saudável são centrípetas: estimulam a aglutinação de facções e interesses para planejar objetivos e estratégias compartilhados. Forçam todo mundo a pensar, ou pelo menos a falar, sobre o bem comum. Na política dos movimentos, as forças são todas centrífugas, incentivando a divisão em facções cada vez menores, obcecadas com problemas exclusivos e praticando rituais de suposta superioridade ideológica”. Mark Lilla, *O progressista de ontem e o do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 64.

rosa da liberdade com a igualdade social. Como viver numa “era de perplexidade”, pergunta-se Yuval Harari, na qual o gênero humano enfrenta revoluções sem precedentes, ao mesmo tempo em que “todas as narrativas antigas estão ruindo e nenhuma narrativa nova surgiu até agora para substituí-las”?¹⁹

Se a velha ordem industrial e pós-industrial se mostra esgotada, também é verdade que ainda não se estabeleceu um novo padrão de vida coletiva, que se resente da ausência de agentes unificadores e de um projeto de sociedade que reunifique o que está separado e prefigure o futuro, fornecendo uma imagem de como a vida comum pode ser na época de complexidade social e de preponderância da tecnologia e da inteligência artificial.

A proliferação de movimentos cívicos está diretamente determinada por esse quadro de metamorfose do mundo. Ela expressa a modificação dos humores sociais, o aumento da fragmentação e da complexidade societal, em um contexto no qual a política deixa de fornecer respostas satisfatórias, convincentes. Desejosos de participação e refreados pelas idiosincrasias dos sistemas políticos, muitos cidadãos buscam novos espaços de agregação e atuação. Os movimentos tornam-se, assim, uma espécie de desaguadouro do ativismo que floresce na hipermodernidade, expressando uma vontade coletiva de limitar as oligarquias partidárias, reformar a política e inventar novas formas de atuar politicamente. No horizonte de todos esses movimentos, anuncia-se a perspectiva de não repetir a organização tradicional dos partidos políticos.

Invariavelmente, os novos movimentos trouxeram, na agenda, a contestação da política institucional e das práticas nela ancoradas, algo que se expandiu na mesma medida em que avançaram a crise do Estado de bem-estar e a ultrapassagem da sociedade industrial. Como demonstram os fatos das duas primeiras décadas do século XXI, um

19. Yuval Noah Harari, *21 lições para o século XXI*, cit., p. 319.

clima de mal-estar, indignação e revolta se colou à vida cotidiana. “Não foram apenas a pobreza, a crise econômica ou a falta de democracia que causaram essa rebelião multifacetada. Mas sim a humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas no poder, seja ele financeiro, político ou cultural”. Redes multitemáticas se formam tendo na base um interesse comum: “controlar a capacidade de definir as regras e normas da sociedade mediante um sistema político que responde basicamente a seus interesses e valores”.²⁰

Dadas as circunstâncias de crise da política, os movimentos sociais podem de fato ajudar a tirar o poder e o sistema político da zona de conforto em que vivem. Podem pressioná-los de fora para dentro, forçá-los a se atualizar e a se democratizar. Podem introduzir, no sistema, novas regras, novos critérios de inclusão, novos direitos e novos processos de tomada de decisões. Podem fazer com que a “política-vida” se cole na “política-poder”. Fica, porém, em aberto, o problema de saber em que medida os movimentos podem atingir esses fins sem uma articulação com o sistema político, ou seja, com partidos, instituições sistêmicas e governos.

Os movimentos sociais da hipermodernidade não podem ser tratados como expressão típica da esquerda ou do progressismo democrático. Refletem muito mais a complexidade social, as falhas do sistema político e as próprias características adquiridas pela democracia representativa no correr das modificações estruturais. No Brasil atual, por exemplo, os movimentos sociais surgidos nos últimos anos têm um perfil mais propriamente “conservador”, privilegiando o questionamento de instituições como o Congresso e o Supremo Tribunal Federal, a pressão em favor do combate à corrupção – visto como um pleito de caráter mais moral que político –, a reivindicação de melhores políticas públicas.

20. Manuel Castells, *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 12 e 17.

Se considerarmos particularmente o Brasil, não será difícil constatar a presença de traços que definem essa paisagem de metamorfose e transfiguração. A própria redemocratização, iniciada nos distantes anos 1980, parece sem força para se desdobrar. Faltam-lhe, entre outras coisas, atores e projeto. Os partidos brasileiros não conseguem dar conta de uma realidade que escapa à sua compreensão e que os empurra para a condição de meros reprodutores do sistema. Dividem-se e subdividem-se ao sabor da dinâmica política, o que os enfraquece e amplia a fragmentação do sistema partidário. Deixam escapar pelas mãos algumas oportunidades importantes para melhorar seu funcionamento, amenizar os estragos sobre a democracia e encontrar pontos de cooperação e unidade que transfiram substância a seus programas de ação e às grandes linhas doutrinárias que os referenciam: o liberalismo, o conservadorismo, o socialismo.

Movimentos e crise da política no Brasil

A situação partidária no Brasil é marcada por um paradoxo: ainda que pouco eficientes no diálogo com a sociedade e a opinião pública, os principais partidos funcionam e conseguem transferir alguma estabilidade ao sistema político. Vivem em um ambiente de disputas incessantes por espaços e recursos de poder, algo amplificado pela forte fragmentação do Congresso e pelo funcionamento de “bancadas suprapartidárias” que em boa medida retiram força e coesão dos próprios partidos. São também acossados, ao menos desde 2013, pelos movimentos que se dedicam à seleção e formação de lideranças cívicas, que terminam por opor aos partidos uma dinâmica externa a eles, fonte de não poucos problemas.

Apesar disso, as principais agremiações – PT, PSDB, PMDB, PL, DEM, PSD, PSB, PDT (não necessariamente nesta ordem) – conseguem manter uma surpreendente unidade de atuação parlamentar, graças aos influxos da política subnacional (o peso dos governadores e

das bancadas estaduais) e a uma relação de barganha com o Poder Executivo. Suas estratégias “corporativistas” de defesa dos próprios interesses fazem com que o sistema partidário se reproduza, mas sempre em tensão com a opinião pública.

Um sistema partidário estável não é sinônimo de eficiência na gestão pública, na governança, no controle do Poder Executivo ou na revitalização da democracia. Pode mesmo ser o contrário disso. Os partidos brasileiros funcionam, mas carecem de capacidade de apresentar projetos de sociedade. Entregam-se sem pudor ao jogo eleitoral e à manipulação dos recursos de poder de que podem dispor. Não selecionam adequadamente seus representantes, preocupam-se pouco com sua formação e seu preparo técnico-político e cultural.

Um sistema desse tipo funciona com brechas evidentes, por onde entram as críticas da opinião pública, as táticas de captura dos partidos pelos grandes interesses organizados e a busca incessante, pela sociedade civil, de caminhos alternativos de pressão e representação.

No Brasil, o alarme soou em 2013, quando massas de manifestantes desceram às praças sem organização e sem lideranças, posicionando-se como fatores de pressão sobre o sistema político e de recusa à intermediação partidária. Ficou evidente a distância entre o sistema político e a polissêmica voz das ruas.²¹

Os protestos surpreenderam, mas as razões de sua efervescência estavam inscritas na realidade do capitalismo globalizado, na história nacional e na conjuntura política em sentido mais estrito. Falou alto a reestruturação da vida brasileira, que se fazia sem ultrapassar a desigualdade e a má oferta de serviços públicos, as injustiças, a má qualidade da política democrática, a corrupção e os desmandos governamentais.

21. Sobre os protestos de 2013, seu significado e seus desdobramentos, ver Marco Aurélio Nogueira, *As ruas e a democracia. Ensaio sobre o Brasil contemporâneo*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013; e Marcos Nobre, *Choque de democracia. Razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Dos protestos de 2013 vieram movimentos que se mantiveram ativos nas ruas e desaguararam no impeachment de Dilma Rousseff e, depois, na eleição de Jair Bolsonaro. Se, antes, a contestação social era feita por iniciativas de esquerda, gradualmente houve um deslocamento: da exigência de mais igualdade, distribuição e reforma social, passou-se a uma pauta de questionamento dos políticos, da corrupção, dos poderes instituídos, algo que terminou por ser assimilado pela direita e pelo campo mais conservador. O verde-e-amarelo tomou conta das ruas, a expressar um “patriotismo” extemporâneo e uma repulsa ao “petismo” que dominara a política nacional até a queda da ex-presidente.²²

Em 2013, o protesto contra as deficiências na prestação de serviços públicos trincou a imagem de “paz social” que havia no ar. A revolta não organizou uma agenda clara, mas fez com que ressoasse por longos dias um grito de indignação e angústia coletiva. Ignorou parlamentares, sindicatos e partidos políticos. Ainda que de modo espontâneo e improvisado, deixou evidente que se dirigia contra o governo representativo tal qual estruturado no Brasil: contra todos os governos, o sistema político, seus atores, seus procedimentos e sua cultura. O protesto escancarou uma crise da política que vinha de longe, que trocara sua manifestação explícita por uma latência recorrente que aos poucos foi corroendo a representação política e pondo em xeque a legitimidade dos governos. O que se questionou, portanto, foi o arranjo político protagonizado por pessoas, grupos e classes, interesses econômicos e organizações que, por vias ora dissimuladas, ora explícitas, têm-se associado para governar o país.

A crise germinou e se aprofundou com o correr do tempo. Foi impulsionada pelos governos, que continuaram a exibir falhas graves e mau desempenho, tanto em termos de gestão e de políticas públicas, como em termos de comunicação e diálogo com a população. A corrupção cresceu ininterruptamente. Os partidos políticos seguiram em

22. A esse respeito, ver Angela Alonso, A gênese de 2013: formação do campo patriota. *Journal of Democracy em Português*. Volume 8, nº 1, Maio de 2019, p. 107-129.

frente como associações parasitárias, sem vida e sem ideias. Não contribuíram para transferir maior politicidade à sociedade civil, que cresceu em dimensão e ativismo sem conseguir contornar a fragmentação. O sistema foi permitindo que se agigantasse o contraste entre a miséria de boa parte da população e os gastos desnecessários, o desperdício e o uso suntuoso de recursos públicos pela elite política e administrativa (Executivo, Legislativo e Judiciário). Foi se distanciando da sociedade e a incentivando a se tornar “contra a política”.

Para complicar, a perversão sistêmica ganhou uma sobredeterminação. Tornou-se mais grave durante o período em que o vértice do Estado passou a ser integrado por quadros e políticos do Partido dos Trabalhadores, que sempre se apresentou e cresceu como expressão do progressismo e da justiça social. Sob seus governos, porém, reproduziram-se as bases do clientelismo, do patrimonialismo e da corrupção, o que gerou ainda mais frustração e indignação, que aumentaram na medida em que foi ficando claro que persistiam os privilégios das grandes empresas, a impunidade dos mais ricos, os gastos exorbitantes e sem critérios claros, o enriquecimento dos dirigentes políticos.

Em junho de 2013, a hipermodernidade proclamou sua presença na política. Dali em diante, as ruas brasileiras ficaram mais ativas, mas o estupor se fixou no campo democrático. Uma incessante disputa por visibilidade e “narrativas” tomou conta da vida política e foi corroendo, pouco a pouco, todos os protagonistas do sistema político e da política tradicional, abrindo espaços generosos para *outsiders* e novas agendas, de tipo conservador. A derrota dos partidos de centro, centro-esquerda e esquerda nas eleições de 2018 revelou uma democracia carente de eixo, exposta ao autoritarismo regressista e demagógico de Jair Bolsonaro, que se alimentou da desilusão social, do antipetismo e da denúncia da “velha política” para vencer de modo insofismável nas urnas.

A eleição de Jair Bolsonaro no Brasil, em 2018, explica-se em boa medida por esse quadro. Naquele ano, com o sistema político abrin-

do falência, a economia em recessão e a sociedade mostrando apetite anti-*establishment*, as correntes democráticas (liberais, social-democratas, de esquerda) privilegiaram as diferenças entre elas e deixaram campo aberto para a ascensão vitoriosa da extrema-direita. Mostraram incompetência e ausência de visão estratégica. Prepararam o terreno para a eleição de um candidato improvável e despreparado, sem conseguir compreender as razões de sua progressiva afirmação.

Bolsonaro mostrou senso de oportunidade ao endossar um figurino específico na hora mesma em que o eleitorado demonstrava estar cansado das ofertas políticas usuais. Suas proposições autoritárias, seu estilo informal, o uso abusivo de valores religiosos e moralistas e sua habilidade em utilizar as redes sociais encontraram eco nos eleitores, que viram nele uma opção ou para derrotar o PT e virar a página, ou para depositar esperanças num líder de novo tipo.

A extrema-direita vitoriosa chegou ao poder disposta a promover a eliminação da esquerda e de suas filosofias, transformando a democracia progressista em inimigo, desprezando postulações identitárias, criminalizando gays e feministas em nome de uma moralidade regressista. Estigmatizou a política, os políticos e seus partidos, menosprezou o ritmo democrático e o sistema de freios e contrapesos da República, sempre apelando à sociedade para atacar o “sistema”. Passou a atuar em nome do combate a aspectos deplorados pela opinião pública -- a “velha política”, os políticos, a corrupção --, articulando tais pontos com uma bizarra postura contrária ao “globalismo”, à democracia representativa, ao ambientalismo, ao socialismo.

A hostilidade como procedimento tornou-se metódica, um recurso de mobilização. O governo permanece em campanha sem alcançar muita coordenação e sem entregar resultados concretos. O risco de isolamento social despontou, fazendo com que o governo aumentasse seu estilo belicoso.

A guerra ideológica da extrema direita contra partidos, “velhos políticos” e sociedade civil desorganiza a democracia, aumenta os custos da transação política, enfraquece instituições e órgãos públicos. Em vez de promover a superação da polarização fratricida que reinou nos últimos anos, ela a agrava, a esvazia de dignidade e a empurra para a violência explícita. Por um lado, impede que se atinja uma sociedade mais coesa e um Estado administrativo mais eficiente. Por outro, faz com que se reforce a crise de confiança nas instituições e na própria democracia, fomentando a concentração das expectativas sociais na autoridade presidencial.

Conclusão: o futuro em aberto

O principal problema do progressismo brasileiro não é a existência de um governo de extrema direita presidido por um demagogo fundamentalista e retrógrado. O problema é que ele governa em um quadro de desarticulação, de desconexão dos partidos democráticos entre si e com a sociedade civil. A verborragia provocativa, a narrativa tóxica e o estilo agressivo do presidente precisam ser decodificados. Não são o dado mais importante: são parte do drama, integram a coreografia, mas não definem o drama.

Por trás da violência verbal, há uma disputa direcionada para refazer o pacto social brasileiro, as regras vigentes no mundo do trabalho e do emprego, o modo como historicamente se concebeu o desenvolvimento econômico entre nós, com seus devidos acordos interclasses. Ainda não está suficientemente claro o fôlego que terão as forças políticas que hoje governam o País. Não se sabe, também, se do projeto governamental sairá alguma nova situação econômica, se haverá ou não retomada do crescimento e melhoria das condições de vida dos brasileiros. Sabe-se, porém, que Bolsonaro é o instrumento de uma aposta, de uma maneira de conceber o império do mercado, que se combina, paradoxalmente, com isolacionismo internacional e alinha-

mento meio atabalhado com as correntes “soberanistas” que tentam se fixar no mundo. O ultraliberalismo econômico serve de instrumento para a afirmação do reacionarismo na política, na cultura, na moral.

O comportamento presidencial e de parte de seus ministros prenuncia uma era de regressão ética e barbárie social, funciona como uma cortina de fumaça que oculta a fraqueza técnico-política do governo e a ausência nele de um projeto para a sociedade.

O sistema político mantém seu perfil e seu equilíbrio, sem ter sido abalado pela vitória de Bolsonaro e a ascensão inesperada de seu partido, o PSL. A “velha política” continua no comando, com os mesmos expedientes de sempre. Os partidos mais fortes permanecem votando em uníssono, em que pesem os ruídos provocados pela voz dissonante de alguns parlamentares, como por exemplo nas votações da reforma previdenciária.

O sistema resiste e demonstra, em alguns momentos, ser capaz de impulsionar o processo de tomada de decisões e de compensar a conduta errática do Executivo. Mas é um sistema que reitera suas marcas negativas, que opera olhando para o próprio umbigo e em nome de interesses próprios. Em parte ele se contrapõe aos movimentos do governo e mostra independência, em parte se consome em seu próprio fogo corporativista.

Falta articulação ao governo, que carece da capacidade de produzir consensos e arregimentar as próprias forças no Congresso, como tem sido evidenciado pela marcha da reforma previdenciária, tida como estratégica pelo governo e necessária pela maior parte dos parlamentares. A reforma avançou mais por empenho da Câmara dos Deputados do que por iniciativa governamental. Foi sendo reformulada no âmbito legislativo sem que as bases do governo atuassem de forma coordenada.

A falta de articulação política é um problema dos partidos, mas é antes de tudo expressão de uma grave falta de liderança. Sem líde-

res consistentes e com um presidente da República desinteressado do tema, despreparado para imprimir qualidade ao processo decisório, a política transcorre com dificuldade. Seria uma oportunidade para os democratas, não estivessem eles afetados pela mesma carência de lideranças e agregação.

A repercussão desse vazio atinge o conjunto das relações políticas: entre o Executivo e o Legislativo, entre os três poderes, entre a Câmara e o Senado, entre os entes da federação. Os dispositivos de “*checks and balances*” (pesos e contrapesos) tornam-se pouco eficientes e a dinâmica política, por sua vez, deixa de produzir efeitos virtuosos, travando o avanço de reformas econômicas, o controle das políticas públicas e a proteção de direitos.

Há muita contestação e resistência aos atos, palavras e decisões governamentais, mas não há propriamente oposição. A sociedade e a opinião pública continuam divididas entre bolsonaristas, petistas, conservadores, liberais e socialistas, mas essa divisão não assume forma política. A polarização se mantém em parte como produto passivo da longa exposição à dialética do “nós contra eles” que vem dominando a política nacional, e em parte graças à insistência governamental em hostilizar o PT, o socialismo, as esquerdas, a democracia. Assim disposta, a polarização reflete a paralisia dos democratas liberais, de centro e socialistas, que não se articulam para apresentar à sociedade uma via que contraste a extrema direita no poder.

Crise de pensamento e ação dos democratas

Como a economia não dá mostras de que sairá do lugar no curto e médio prazo, pode-se antever que não haverá espaços para bonança fiscal, empregabilidade e expansão do consumo. Poderá evaporar, assim, parte importante das promessas de Bolsonaro. Somando-se a

isso o desmascaramento da sua postura anticorrupção, seu familismo recorrente, o comportamento folclórico de alguns de seus ministros e o mau funcionamento da máquina administrativa, é de prever que sua popularidade não subirá.

Nem isso, porém, tem servido para energizar as forças políticas que se opõem ao governo. Elas permanecem desorientadas, contaminando os cidadãos e os movimentos sociais de viés democrático. Não há lideranças, faltam propostas e ideias, a perspectiva de uma coalizão democrática permanece no papel.

Palavras são palavras: têm mil e uma utilidades. Em política, influenciam, organizam, são recursos de hegemonia. Podem educar, iludir, inflamar, envenenar. Precisam ser, por isso, decodificadas, decifradas, criticadas, levadas em conta, em si mesmas e na “narrativa” que impulsionam. No caso de Bolsonaro, antes de tudo, porque elas contrastam a Constituição, especialmente no que diz respeito ao capítulo dos direitos e da ordem social. As frases racistas, preconceituosas, misóginas, anticientíficas, abrigam uma violência que turva e colide com o modo de ser dos brasileiros. Deseducam para a cidadania.

Diante das tropas fanatizadas do bolsonarismo, palavras servem para mobilizar, sem elas a base se desmancha e a narrativa não se sustenta. O “mito” deve ser repostado dia após dia, para que sua demagogia populista e patrioteira sobreviva. É uma reposição que se faz com atos e decisões, mas também com palavras, que mobilizam e persuadem. É preciso separar o caricato do substantivo, descobrir o que há por trás do palavrório de Bolsonaro. Sua narrativa funciona como um filtro que bloqueia a visão da paisagem. É tóxica sobretudo por isso. Desconstruí-la é recuperar uma perspectiva e um entendimento que se perderam pelo caminho.

O progressismo brasileiro precisa abrir novas portas. Buscar maior interlocução, abandonar projetos parciais de poder e cálculos eleito-

rais de curto prazo. Ir além da “resistência” e da contestação retórica. Deve converter-se em oposição e disputar a sociedade, sem medo de ousar, correndo riscos que valham a pena.

O populismo e o declínio da social-democracia

Sheri Berman e Maria Snegovaya

*Sheri Berman é professora de ciência política do Barnard College. Sua obra inclui **Democracy and Dictatorship in Europe: From the Ancien Régime to the Present Day** [Democracia e ditadura na Europa: do Ancien Régime ao presente] (2019) e **The Primacy of Politics: Social Democracy and the Making of Europe's Twentieth Century** [A primazia da política: social-democracia e a formação da Europa do século vinte] (2006). **Maria Snegovaya** é pesquisadora pós-doutoranda do Centro de Estudos Internacionais e de Segurança da Universidade de Maryland e pesquisadora adjunta do Centro de Análise de Política Europeia e da Free Russia Foundation.*

Por toda a Europa, partidos tradicionais da esquerda parecem estar em um estado de declínio irreversível. Na Europa Ocidental, o apoio a partidos sociais-democratas e socialistas despencou até a insignificância nas eleições da França e dos Países Baixos em 2017. Nas eleições parlamentares de 2018 da Alemanha, o antes poderoso Partido Social-Democrata (SPD) recebeu sua menor votação desde o fim da República de Weimar e, na Escandinávia, há muito um reduto da social-democracia, partidos de centro-esquerda lutam para manter entre 25% e 30% dos votos. A situação na Europa Central e no Leste Europeu é ainda pior. Na Hungria, o Partido Socialista (MSzP), inicialmente um dos partidos mais fortes da pós-transição, conquistou apenas 12% dos

* Publicado originalmente como "Populism and the Decline of Social Democracy", *Journal of Democracy*, Volume 30, Número 3, Julho 2019. @ National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press.

votos nas eleições de abril de 2018 para a Assembleia Nacional.¹ Na Polônia, a social-democrata Aliança da Esquerda Democrática (SLD) não possui mais representação no parlamento e, na República Checa, apenas 7% dos eleitores optaram pelo Partido Social-Democrata (CSSD) de centro-esquerda. A tendência continuou nas eleições de maio de 2019 para os 751 assentos do Parlamento Europeu, onde o bloco Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas perdeu 38 das 191 cadeiras que havia conquistado em 2014.

Apesar da natureza continental dessa tendência, a maioria das explicações dos problemas da esquerda foca em fatores idiossincráticos específicos à região. Por exemplo, muitas análises da redução do apoio a partidos de esquerda na Europa Ocidental enfatizam mudanças nas estruturas de classe e de valores. O declínio da manufatura na Europa Ocidental no fim do século 20 enfraqueceu a classe trabalhadora e os sindicatos, encolhendo a tradicional base eleitoral da esquerda e reduzindo o peso de organizações que haviam sido suas mais importantes afiliadas. Durante o mesmo período, valores pós-materialistas como autoexpressão, ambientalismo, cosmopolitismo, liberdade sexual e igualdade de gênero assumiram nova proeminência em sociedades ocidentais. Eleitores imbuídos desses valores consideravam-se de esquerda, mas diferenciavam-se de eleitores tradicionais de esquerda, que permaneciam ligados a identidades nacionais, priorizavam a lei e a ordem e preferiam o crescimento à proteção ambiental. As divisões entre os eleitores da “nova” e da “velha” esquerda deixaram partidos socialistas e social-democratas em conflito e confusos.

1. Nota do editor brasileiro: Em 13 de outubro de 2019, o socialista Gergely Karacsony foi eleito prefeito de Budapeste (capital húngara), mas, segundo especialistas, sua vitória não representou necessariamente uma recuperação do Partido Socialista (MSzP). Deveu-se, sobretudo, à decisão de outras forças oposicionistas de centro-esquerda de não lançar candidatos próprios e se unirem em torno do socialista, em um esforço conjunto para colocar em xeque a hegemonia da direita na Hungria.

Para o Leste Europeu pós-comunista, uma explicação popular para o declínio da esquerda destaca o viés contrário aos governantes então em exercício. Segundo essa visão, eleitores desiludidos sem forte identificação partidária simplesmente puniram os mandatários através do voto. Isso resultou em uma alternância de poder entre reformistas lentos e rápidos, representados (aproximadamente) por antigos partidos comunistas reformados e a oposição democrática de centro-direita, respectivamente. Outras explicações atribuem a queda no apoio à esquerda a uma baixa organização partidária, conflitos internos e escândalos de corrupção.²

Embora todos esses fatores mereçam ser considerados, não explicam sozinhos o declínio da esquerda. Como essa tendência não está limitada à Europa Central ou ao Leste Europeu, nem mesmo à Europa como um todo, a explicação precisa envolver algo mais amplo do que acontecimentos no nível regional.

Defendemos que há, de fato, um fator comum subjacente ao declínio da esquerda na Europa e em outras partes do mundo: o deslocamento da esquerda para o centro em questões econômicas e, em particular, sua aceitação de reformas “neoliberais” como a privatização de partes do setor público, redução de impostos e cortes em políticas sociais e desregulamentação dos negócios e do setor financeiro. Embora esse deslocamento tenha feito algum sentido no curto prazo, no longo prazo teve consequências deletérias ou até mesmo fatais. Desbotou o perfil histórico distinto da esquerda; tornou os partidos socialistas e social-democratas incapazes de tirar proveito do descontentamento geral em torno dos efeitos das reformas neoliberais e da crise financeiri-

2. Grigore Pop-Eleches, “Throwing Out the Bums: Protest Voting and Unorthodox Parties after Communism”. *World Politics*, v. 62, n. 2, abr. 2010, pp. 221–60; Anna Grzymala-Busse, “Hoist on Their Own Petards? The Reinvention and Collapse of Authoritarian Successor Parties”. *Party Politics*, online, 8 nov. 2017; Margit Tavits, *Post-Communist Democracies and Party Organization*. Nova York: Cambridge University Press, 2013.

ra de 2008; criou incentivos para que partidos enfatizassem questões culturais e sociais em vez de econômicas ou de classe; e enfraqueceu a natureza representativa da democracia. A mudança do perfil econômico da esquerda, em resumo, merece assumir o destaque em qualquer descrição de seu declínio. Além disso, essa mudança e suas consequências têm sido cruciais para a ascensão de uma direita nativista e populista e para problemas mais amplos enfrentados atualmente pela democracia na Europa Ocidental e no Leste Europeu, bem como em outras partes do mundo.

O capitalismo, ou melhor, a reação contrária a ele, é a razão da existência da esquerda moderna. Quando o capitalismo emergiu nos séculos 18 e 19, levou a um crescimento econômico e inovação sem precedentes — mas, também, a uma desigualdade econômica e insegurança dramáticas, bem como a uma imensa fratura social. Em resposta a isso, emergiu um movimento socialista internacional, com o marxismo como sua estrela guia ideológica. No fim do século 19, esse movimento estava dividido devido à diferença entre as visões sobre como lidar com o desenvolvimento do capitalismo. Diferentemente das previsões feitas por Karl Marx em meados daquele século, o capitalismo não estava entrando em colapso. Algumas pessoas da esquerda argumentavam, então, que, em vez de esperar que a história seguisse seu curso, as pessoas de esquerda deveriam formar uma vanguarda revolucionária que agiria para pôr fim ao capitalismo. O russo Vladimir Lenin³ (1870-1924) foi o defensor mais importante dessa posição, e seus seguidores tornaram-se comunistas.

Outra facção, por sua vez, argumentava que reformar o capitalismo era possível e desejável. Defendia que a esquerda deveria focar não em transcender o capitalismo, mas em garantir que sua imensa capacidade produtiva servisse a fins progressistas e não destrutivos. O pensador

3. Nota do editor brasileiro: Vladimir Ilyich Ulianov, mais conhecido pelo pseudônimo Lenin.

político alemão Eduard Bernstein (1850-1932) foi o defensor mais influente dessa visão, e seus seguidores tornaram-se social-democratas.

Esse panorama social-democrata era otimista, até mesmo idealista. Diferentemente dos comunistas e de outros socialistas, os sociais-democratas argumentavam que nem a revolução violenta nem o colapso do capitalismo eram necessários para garantir um futuro melhor. Em vez disso, defendiam a “primazia da política”⁴: seres humanos, agindo coletivamente, poderiam usar o poder do Estado democrático para criar um mundo melhor.

Ao longo do período entreguerras, as facções comunista e social-democrata da esquerda lutaram entre si pelo poder, competindo também contra uma miríade de outras forças políticas (liberais, fascistas, conservadores, anarquistas) que disputavam a supremacia na Europa. Com poucas exceções, entretanto — os comunistas governaram a Hungria por um breve período, e os sociais-democratas gozaram de enorme sucesso político na Escandinávia —, nenhum deles foi capaz de dominar a esquerda ou deter o poder político na Europa. Isso mudou em 1945. Os comunistas assumiram o poder no Leste Europeu, e a social-democracia veio a dominar a esquerda da Europa Ocidental e exercer uma influência decisiva na formação da ordem regional no pós-guerra.

A história da Europa Ocidental

A experiência da Grande Depressão nos anos 1930, quando os fracassos do capitalismo produziram um caos social e alimentaram o apoio ao extremismo de esquerda (comunismo) e de direita (fascismo), produziu um grande impacto nas mentalidades políticas da

4. Sheri Berman, *The Primacy of Politics: Social Democracy and the Making of Europe's Twentieth Century*. Nova York: Cambridge University Press, 2006; Sheri Berman, “Unheralded Battle: Capitalism, the Left, Social Democracy, and Democratic Socialism”. *Dissent*, inverno 2009.

Europa Ocidental. Após a Segunda Guerra Mundial, atores de todo o espectro político reconheceram que garantir o sucesso democrático e a estabilidade social implicava lidar com os aspectos perversos do capitalismo. Durante o período do pós-guerra, portanto, as nações da Europa Ocidental construíram uma nova ordem, projetada para garantir, ao mesmo tempo, o crescimento econômico e a proteção da sociedade contra as consequências negativas do capitalismo. Essa ordem representava uma nítida ruptura com o passado: após 1945, os governos da Europa Ocidental, em vez de se limitarem ao papel de “vigia noturno” da economia, buscaram agir como guardiões da sociedade e promotores da estabilidade social. O capitalismo sobreviveu, mas era um capitalismo de um tipo bem diferente do que havia existido antes da guerra: era moderado e limitado pelo poder de governos democráticos. Prometeu-se aos cidadãos proteção contra choques e sofrimento econômico, criando o tipo de política de “soma positiva” que permite à democracia florescer. Era exatamente o tipo de abordagem que sociais-democratas haviam defendido desde o início do século 20, mas foi preciso as tragédias dos anos 1930 e 1940 para que suas visões ganhassem uma aceitação mais ampla.

Os trinta anos após 1945 foram o período de maior crescimento econômico da Europa Ocidental, e a democracia se consolidou na região pela primeira vez em sua história.⁵ No entanto, apesar desse feito impressionante, o consenso social-democrata acabou se desgastando. Na esquerda, o próprio sucesso da ordem do pós-guerra levou muitos a esquecer que as reformas, embora importantes, eram simplesmente um meio para se chegar a um fim: domar o capitalismo e reconciliá-lo com a democracia e a estabilidade social. Muitos à esquerda estavam satisfeitos com a função de gerenciar a ordem existente, esquecendo-se de que o capitalismo estava em constante evolução e era inerentemente perigoso. Outros, desapontados com o fato de que a perspectiva

5. Sheri Berman, *Democracy and Dictatorship in Europe: From the Ancien Régime to the Present Day*. Nova York: Oxford University Press, 2019, cap. 14.

de um futuro pós-capitalista havia desaparecido e cansados da banalidade e do materialismo da ordem do pós-guerra, simplesmente pararam de focar no capitalismo. Em vez disso, dirigiram sua atenção para correntes intelectuais como o pós-modernismo, multiculturalismo, feminismo e pós-colonialismo, que eram de natureza cultural e não econômica. Durante as últimas décadas do século 20, a esquerda dedicou pouco pensamento estratégico à natureza mutante do capitalismo.

As consequências disso ficaram claras nos anos 1970, quando uma combinação nociva de inflação com desemprego atingiu o Ocidente. Durante as décadas anteriores, uma direita pró-livre mercado estava se organizando e pensando sobre o que via como as desvantagens da ordem social-democrata do pós-guerra. Quando veio a crise, a direita pró-livre mercado já dispunha tanto de explicações como de soluções. Isso, combinado com a incapacidade da esquerda de propor um caminho alternativo viável, ajudou a direita neoliberal a ganhar dominância ideológica com seu argumento de que “não há alternativa”, nas palavras de Margaret Thatcher, à liberalização dos mercados e à redução do papel do Estado.

A ascensão do consenso neoliberal

Então, em uma inversão radical do padrão do pós-guerra, no qual um consenso social-democrata passou a dominar as correntes principais da esquerda e da direita, no final do século 20 um consenso neoliberal dominava ambas. O “novo trabalhismo” de Tony Blair no Reino Unido, os “novos democratas” de Bill Clinton nos Estados Unidos, e o SPD de Gerhard Schröder na Alemanha aceitavam em grande medida as políticas neoliberais e a ideia de que a capacidade do governo de dirigir o desenvolvimento econômico e social era limitado. Sociais-democratas, em outras palavras, deixaram de se apresentar como atentos senhores do capitalismo, conscientes da necessidade de proteger as sociedades de seus aspectos negativos, e passaram a

apresentar sua missão cada vez mais em termos tecnocráticos e de eficiência. Isso foi acompanhado por uma mudança na liderança da esquerda, que passou a ter um perfil de elite altamente educada, cujas preferências em muitas questões divergia daquelas dos eleitores tradicionais de esquerda.⁶

Embora a mudança econômica da esquerda pudesse fazer sentido no curto prazo — quase todos os economistas ortodoxos apoiavam as novas políticas e o crescimento de fato se recuperou após a desaceleração do fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 —, suas consequências no longo prazo foram profundas. A mais óbvia é que ela representava uma transformação do perfil histórico da esquerda, até mesmo de sua identidade, que se baseava na luta contra o capitalismo. O sucesso da esquerda — na verdade, o sucesso da Europa Ocidental — após 1945 baseava-se na ideia de que o Estado democrático era capaz de domar ou até mesmo de eliminar as consequências perigosas do capitalismo e promover crescimento e igualdade. Ao abandonar essa visão, a esquerda tradicional estava mal posicionada para capturar o ressentimento e raiva que haviam se materializado quando o enfraquecimento da ordem social-democrata do pós-guerra produziu sua consequência inevitável: desigualdade e insegurança econômica dramáticas, bem como uma enorme ruptura social. A crise financeira de 2008 agravou essas tendências intensificando a frustração popular com o neoliberalismo e as elites e partidos que o haviam abraçado.

Com a esquerda tradicional não mais sendo capaz de capturar o crescente descontentamento popular, uma oportunidade de ouro surgiu para uma força política empreendedora. Essa força revelou-se ser o populismo.

6. Stephanie L. Mudge, *Leftism Reinvented: Western Parties from Socialism to Neoliberalism*. Cambridge (EUA): Harvard University Press, 2018; Mark Bovens; Anchrit Wille, *Diploma Democracy: The Rise of Political Meritocracy*. Nova York: Oxford University Press, 2017.

A maioria dos partidos populistas de direita da Europa teve início entre o final dos anos 1970 e 1980, mas, quando surgiram na cena política, quase todos possuíam um perfil econômico conservador. A mudança econômica da social-democracia, bem como um crescente descontentamento gerado pelas consequências das políticas neoliberais e, depois, da crise financeira de 2008 e consequente crise na zona do euro, criaram fortes incentivos para esses partidos mudarem sua direção.

Talvez a mais antiga e bem-sucedida transformação desse tipo tenha ocorrido na França: a Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen originalmente defendia políticas neoliberais, incluindo uma baixa carga tributária e um Estado pequeno. De fato, Le Pen chegou a se gabar de ter adotado os princípios da política econômica de Reagan e de Thatcher antes de terem virado moda.⁷ Mas, sob a liderança de sua filha Marine Le Pen (que assumiu em 2011), o partido passou a defender o protecionismo, um Estado intervencionista e uma forte rede de proteção social. O Partido da Liberdade da Áustria passou por mudança similar. Originalmente lar de liberais pró-livre mercado, bem como de antigos nazistas, esse partido posteriormente abraçou o “chauvinismo de bem-estar social” (uma abordagem que enfatiza limitar o Estado de bem-estar social aos cidadãos nativos). Na Dinamarca, o Partido do Progresso dos anos 1970, contrário ao estatismo e aos impostos, fragmentou-se e foi eclipsado por uma facção que se tornou o Partido Popular Dinamarquês (DFP), favorável ao Estado de bem-estar social. O Alternativa para a Alemanha (AfD) começou como um partido conservador de classe média contrário à moeda comum europeia e ao socorro financeiro da UE a países do sul da Europa mas, quando passou a ter representação no parlamento em 2017, havia se transformado em um partido nacionalista de direita que aceitava proteção social “para os alemães”. O Partido da Independência do Reino Unido

7. Jean-Marie Le Pen, *L'Espoir*. Paris: Editions Albatros, 1989.

(UKIP) e a Liga (antiga Liga Norte) na Itália também começaram com um perfil econômico conservador, mas guinaram para a esquerda em anos recentes. E, durante as eleições parlamentares de 2018 na Suécia, o populista e nativista partido de direita Democratas da Suécia (SD) alegava que, diferentemente dos sociais-democratas, eram eles os verdadeiros defensores do Estado de bem-estar social sueco.⁸

Além de oferecer aos populistas uma oportunidade de capturar o crescente descontentamento com a economia, a transformação econômica da esquerda intensificou a saliência de insatisfações sociais e culturais. Como a esquerda e a direita convergiam em questões de política econômica, politizar temas não econômicos tornou-se, nas palavras de um estudo transnacional, uma “estratégia de sobrevivência” atraente, na medida em que “mudar o tema da disputa permite que partidos se diferenciem melhor uns dos outros e, portanto, evitem perder eleitores por apatia”. Essas dinâmicas também “incentivam o surgimento de novos partidos, que disputam em torno de questões não econômicas”. De maneira similar, com poucas diferenças entre a esquerda e a direita tradicional em questões de política econômica, os eleitores possuíam uma razão para prestar mais atenção a fatores não econômicos.⁹

A mudança do eixo principal de competição política de questões econômicas para sociais beneficia mais a direita populista que a es-

8. Alexandre Afonso; Line Rennwald, “Social Class and the Changing Welfare State Agenda of Radical Right Parties in Europe”. In: Philip Manow; Bruno Palier; Hanna Schwander, *Welfare Democracies and Party Politics: Explaining Electoral Dynamics in Times of Changing Welfare Capitalism*. Nova York: Oxford, 2018.

9. Dalston Ward et al., “How Economic Integration Affects Party Issue Emphases”. *Comparative Political Studies*, v. 48, n. 10, set. 2015, pp. 1233, 1235. Ver também Nils D. Steiner; Christian W. Martin, “Economic Integration, Party Polarisation and Electoral Turnout”. *West European Politics*, v. 35, n. 2, 2012, pp. 238-65; Dennis Spies, “Explaining Working-Class Support for Extreme Right Parties: A Party Competition Approach”. *Acta Politica*, v. 48, n. 3, jul. 2013, pp. 296-325; Elisabeth Carter, *The Extreme Right in Western Europe: Success or Failure?* Manchester: Manchester University Press, 2005.

querda tradicional. Historicamente, pelo menos, a esquerda se beneficia mais quando há claras identidades de classe e a insatisfação com o mercado é alta. Além disso, a base eleitoral de partidos de esquerda é mais diversa que a da direita (em termos de etnia, religião e identidade sexual) e divide-se entre uma esquerda “nova” ou pós-materialista e uma esquerda “velha”, que permanece ligada a normas sociais tradicionais. Portanto, quando a competição política foca em questões sociais, torna-se mais difícil para partidos social-democratas construir e manter coalizões eleitorais amplas e coesas.

O apelo populista de direita, por outro lado, era limitado antes dessa mudança de rumo econômico. Eleitores de contextos socioeconômicos menos privilegiados, como trabalhadores e aqueles com baixo nível de escolaridade, sempre foram conservadores em questões sociais e culturais; no entanto, também possuem preferências econômicas mais à esquerda. Enquanto partidos populistas de direita defendiam políticas econômicas conservadoras (e flertavam abertamente com o fascismo, que era universalmente rejeitado por eleitores europeus), os eleitores com preferências econômicas de esquerda tinham que abrir mão de certas coisas ao votar neles. Mas, uma vez que populistas de direita mudaram de curso, eleitores com visões sociais conservadoras e preferências econômicas de esquerda não tinham mais que abrir mão de nada ao decidir em quem votar.

Acadêmicos e comentaristas políticos há muito reconhecem que os partidos de direita tentam, particularmente durante tempos econômicos difíceis, direcionar a atenção do público para questões sociais e identitárias, em vez de questões econômicas e de classe. Como um estudo coloca, à medida que a desigualdade cresceu, partidos de direita buscaram cada vez mais “desviar a atenção dos eleitores de interesses para valores”.¹⁰ Eleitores de populistas de direita estão unidos

10. Margit Tavits; Natalia Letki, “From Values to Interests? The Evolution of Party Competition in New Democracies”. *Journal of Politics*, v. 76, n. 1, jan. 2014, p. 246; John D. Huber, *Exclusion by Elections: Inequality, Ethnic Identity, and Democracy*.

em torno de visões sociais e culturais, e o eleitorado associa partidos populistas a questões como imigração e lei e ordem. (Na linguagem da ciência política, diz-se que esses são temas “de” partidos populistas.) No que se refere às visões econômicas, no entanto, eleitores de populistas de direita estão divididos — por exemplo, entre trabalhadores e microempresários — e, portanto, é do interesse de partidos populistas manter questões sociais e não econômicas no topo da agenda política. Como argumenta um estudo, “partidos radicais de direita empregam” diferentes estratégias com relação a questões econômicas e não econômicas: “competem em questões não econômicas, mas não deixam claras suas posições em questões econômicas”.¹¹ Portanto, dadas as guinadas de rumo da centro-esquerda e da direita populista, não é de surpreender que, ao longo dos últimos anos, muitos eleitores que, em outras épocas, teriam votado na primeira começaram a votar na última.¹²

A mudança econômica da esquerda da Europa Ocidental não trouxe apenas consequências importantes internamente: também influenciou a evolução da esquerda no Leste Europeu pós-comunista. Para obter legitimidade, muitos partidos de esquerda do Leste Europeu se modelaram em torno de seus pares da Europa Ocidental — e, no final do século 20, isso significava adotar políticas neoliberais e se projetar como partidos de tecnocratas e pragmáticos. Além de oferecer um modelo detalhado com o qual um partido moderno de esquerda deveria se

Nova York: Cambridge University Press, 2017.

11. Jan Rovny, “Where Do Radical Right Parties Stand? Position Blurring in Multidimensional Competition”. *European Political Science Review*, v. 5, n. 1, mar. 2013, pp. 1-26.

12. Eelco Harteveld, “Winning the ‘Losers’ but Losing the ‘Winners’? The Electoral Consequences of the Radical Right Moving to the Economic Left”. *Electoral Studies*, v. 44, dez. 2016, pp. 225-34; Elisabeth Ivarsflaten, “The Vulnerable Populist Right Parties: No Economic Realignment Fuelling Their Electoral Success”. *European Journal of Political Research*, v. 44, n. 3, maio 2005, pp. 465-92; Jens Rydgren (Org.), *Class Politics and the Radical Right*. Nova York: Routledge, 2013.

parecer, a esquerda da Europa Ocidental apoiou o consenso neoliberal dominante entre as instituições internacionais que foram essenciais para definir a transição do comunismo para a democracia capitalista no Leste Europeu. Como os países do Leste Europeu estavam bastante endividados e ansiosos por fazer parte da União Europeia, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a UE tiveram enorme influência sobre eles.¹³ Em alguns desses países, partidos da esquerda abraçaram as reformas promovidas por instituições internacionais de maneira ainda mais intensa que os partidos da direita (estavam mais dispostos, por exemplo, a adotar políticas de austeridade fiscal e cortes orçamentários).¹⁴ Como no caso da Europa Ocidental, isso trouxe consequências trágicas.

A história do Leste Europeu

Como no Ocidente, a aceitação das políticas neoliberais por grande parte da esquerda no Leste Europeu fez sentido num primeiro momento. Permitiu a esses partidos se distanciar do passado comunista e sinalizar que abraçavam o consenso econômico ocidental e que estavam comprometidos com a adesão à UE.¹⁵ Dada a esmagadora rejeição do

13. Hilary Appel; Mitchell A. Orenstein, *From Triumph to Crisis: Neoliberal Economic Reform in Postcommunist Countries*. Nova York: Cambridge University Press, 2018; Randall W. Stone, *Lending Credibility: The International Monetary Fund and the Post-Communist Transition*. Princeton: Princeton University Press, 2002; Grzegorz Ekiert; Jan Kubik; Milada Anna Vachudova, “Democracy in the Post-Communist World: An Unending Quest?”. *East European Politics and Societies*, v. 21, n. 1, fev. 2007, pp. 7-30; Frank Schimmelfennig; Ulrich Sedelmeier (Org.), *The Europeanization of Central and Eastern Europe*. Ithaca: Cornell University Press, 2005; Grigore Pop-Eleches, *From Economic Crisis to Reform: IMF Programs in Latin America and Eastern Europe*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

14. Margit Tavits; Natalia Letki, “When Left Is Right: Party Ideology and Policy in Post-Communist Europe”. *American Political Science Review*, v. 103, n. 4, nov. 2009, pp. 555-69.

15. Anna Grzymala-Busse, op. cit., 2017; Anna Grzymala-Busse, “The Programmatic Turnaround of Communist Successor Parties in East Central Europe, 1989–1998”. *Communist and Post-Communist Studies*, v. 35, n. 1, mar. 2002, pp. 51-66.

comunismo e o forte apoio à adesão à UE entre a população do Leste Europeu, esse reposicionamento foi importante no curto prazo para que os partidos da esquerda pudessem manter seu apoio popular. No longo prazo, entretanto, essa estratégia continha a semente de sua própria destruição.

A transição do comunismo no Leste Europeu criou vencedores e perdedores. Como na Europa Ocidental, os perdedores estavam concentrados entre o eleitorado “natural” da esquerda: trabalhadores menos qualificados e com baixa escolaridade, pessoas idosas e moradores da periferia ou da zona rural.¹⁶ Onde os partidos de esquerda estavam associados com reformas neoliberais durante e após a transição, seu apoio minguou entre aqueles que perderam com essas reformas, criando uma abertura para a direita populista.

Essas tendências ficaram particularmente evidentes na Hungria e na Polônia. Após 1989, o antigo partido comunista húngaro rapidamente se reposicionou como um partido social-democrata (o MSzP), adotando uma bandeira pró-Europa e aceitando as políticas neoliberais defendidas pelo FMI e pela UE.¹⁷ Após se unir a uma coalizão governista com a liberal Aliança dos Democratas Livres em 1994, o partido implementou outras reformas neoliberais — sobretudo o Pacote Bokros de austeridade em 1995, que impunha a desvalorização da moeda húngara e a redução dos benefícios sociais e dos salários em termos reais. O descontentamento com os resultados dessas políticas custou ao MSzP a perda de boa parte de sua popularidade e, nas eleições de 1998, ele perdeu seu status de maior partido do Legislativo.

16. Joshua A. Tucker, *Regional Economic Voting: Russia, Poland, Hungary, Slovakia and the Czech Republic, 1990-1999*. Nova York: Cambridge University Press, 2006.

17. Daniel F. Ziblatt, “The Adaptation of Ex-Communist Parties to Post-Communist East Central Europe: A Comparative Study of the East German and Hungarian Ex-Communist Parties”. *Communist and Post-Communist Studies*, v. 31, n. 2, jun. 1998, pp. 119-37.

Fora do governo, o MSzP reorientou-se mais uma vez, prometendo que, caso retornasse ao poder, aumentaria os gastos sociais. Quando uma coalizão governista, com o MSzP como seu maior partido foi formada após as eleições seguintes em 2002, o partido começou a assumir empréstimos para financiar a promessa de aumento de gastos. Teve um desempenho ainda melhor em 2006, dessa vez com a promessa de manter os gastos sociais em um patamar elevado, mas, naquele momento, a dívida assumida como resultado desses gastos levou a Hungria a um conflito com os critérios de estabilidade da UE. O governo liderado pelo MSzP foi, portanto, levado a recuar e implementar medidas de austeridade fiscal, incluindo aumento nos preços de gás e energia e elevação de impostos.

Uma análise de pesquisas de opinião feita por Maria Snegovaya mostra que, a cada rodada de austeridade, a popularidade do MSzP diminuía entre os eleitores. Um novo pacote de austeridade foi anunciado em junho de 2006, e o apoio ao partido caiu 12 pontos percentuais entre maio e agosto daquele ano. Portanto, mesmo antes do vazamento do áudio, em setembro de 2006, no qual o primeiro-ministro do MSzP admitia que havia mentido sobre as dificuldades econômicas que a Hungria enfrentava e antes de os húngaros começarem a sofrer com as consequências da crise financeira de 2008, as sondagens eleitorais mostravam que o apoio ao MSzP havia caído dramaticamente. Enquanto isso, o apoio ao Fidesz (um partido populista de direita) e, posteriormente, ao partido de extrema-direita Jobbik (Movimento por uma Hungria Melhor), estava aumentando. Ambos os partidos atacavam o MSzP e prometiam promover justiça social, oferecer “empregos honestos com salários honestos” e lutar pelo interesse “do povo”.¹⁸ Nos anos 2010, a maioria dos trabalhadores operários apoiava o

18. Maria Snegovaya, *Ex-Communist Party Choices and the Electoral Success of the Radical Right in Central and Eastern Europe*. Nova York: Columbia University, 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política).

Fidesz e o Jobbik.¹⁹ Em entrevistas, alguns trabalhadores pareciam se sentir envergonhados de admitir que haviam votado no MSzP, partido que havia entrado em completo descrédito por seu apoio a políticas econômicas neoliberais e seu envolvimento em vários escândalos de corrupção.²⁰

A esquerda polonesa seguiu uma trajetória similar. Como o MSzP, a Aliança da Esquerda Democrática (SLD) — sucessora do partido comunista polonês — detinha inicialmente o apoio de trabalhadores, pensionistas e alguns membros da classe média. Também como o MSzP, a SLD, após assumir o poder em 1993 numa coalizão com o Partido Popular da Polônia (PSL), de base rural, adotou uma agenda que envolvia privatizações, desregulamentação, políticas fiscais e orçamentárias austeras e abertura da economia polonesa ao investimento estrangeiro. Após um desempenho ruim nas eleições parlamentares de 1997, o partido mudou seu discurso, prometendo aumentar o apoio àqueles que sofriam com os resultados das mudanças na economia. Isso ajudou a SLD a voltar ao poder após as eleições de 2001 numa coalizão com a União do Trabalho (UP) e o PSL.

Mas, com a Polônia prestes a se juntar à UE, a necessidade de atender os critérios de ingresso da UE forçou o novo governo a aprovar novas reformas neoliberais, incluindo o aumento de impostos e cortes em gastos sociais (o gasto total previsto no orçamento de 2002 era quase 20% menor do que o do ano anterior). Essas mudanças resultaram numa rápida queda do apoio ao novo governo. Entre novembro de 2001, quando os cortes foram anunciados, e dezembro de 2002, sondagens eleitorais mostravam uma queda de 20 pontos percentuais para

19. Oddbjørn Knutsen, “Social Structure, Social Coalitions and Party Choice in Hungary”. *Communist and Post-Communist Studies*, v. 46, n. 1, mar. 2013, p. 32; Maria Snegovaya, op. cit.

20. Eszter Bartha; András Tóth, “Munkásfiatalok az újkapitalizmusban” [Jovens trabalhadores do novo capitalismo]. *Educatio*, v. 26, n. 1, 2017, pp. 75-86.

a SLD. Pouco tempo depois, como na Hungria, emergiram escândalos de corrupção, intensificando a repulsa popular ao governo. Quando novas medidas de austeridade fiscal foram introduzidas no final de 2003, a esquerda estava sob ataque, e a SLD recebeu apenas 11,3% dos votos nas eleições parlamentares de 2005. Nos anos seguintes, muitos dos antigos apoiadores da SLD voltaram-se ao populista de direita Lei e Justiça (PiS). Esse partido criticava a natureza da transição da Polônia de maneira geral e as consequências das políticas neoliberais em particular, prometendo proteger aqueles que foram “abandonados” na nova Polônia.

Antecipando-se à direita populista?

Em alguns países da Europa Central, partidos de esquerda preferiram políticas econômicas mais protecionistas, reconquistaram o apoio de eleitores da classe operária e, portanto, deixaram uma abertura menor para a direita populista. Na Eslováquia, após o Partido da Esquerda Democrática (SDL) ter participado do processo de reforma neoliberal e, subsequentemente, entrado em colapso, outro partido de esquerda se mobilizou para capitalizar a insatisfação popular. O partido populista Direção (Smer), sob a liderança de Robert Fico, apresentava-se como o protetor dos “eslovacos comuns” contra injustiças sociais cometidas pelo governo anterior, empregadores que não pagavam os salários em dia e a população cigana que, supostamente, roubava os fazendeiros.²¹ Esse perfil permitiu ao Direção atrair eleitores tradicionalmente de esquerda e manter questões tradicionalmente “de esquerda” como pobreza e justiça social na mente dos eleitores. O Direção incorporou o SDL em 2005, e o resultante Smer-SD também defendia ajustar o imposto sobre valor agregado da Eslováquia, que tinha alíquota única, passando a taxar mais os mais ricos. Após o bom

21. Brian Fabo, “Rediscovering Inequality and Class Analysis in Post-1989 Slovakia”. *East European Politics and Societies*, v. 29, n. 3, ago. 2015, p. 595.

desempenho nas eleições parlamentares de 2006 permitir a seu partido formar uma coalizão governista, Robert Fico continuou a atacar o neoliberalismo, defendendo políticas redistributivas, incluindo mudanças nas leis trabalhistas, mudança no imposto de alíquota única implementado pelo governo anterior, o fim dos honorários médicos e a introdução de pagamentos adicionais a pensionistas e a famílias que acabavam de ter filhos.²² Ao combinar políticas econômicas de esquerda com um nacionalismo moderado, o Smer-SD conseguiu assegurar uma posição dominante no parlamento por boa parte da década seguinte.

A pesquisa de Maria Snegovaya também mostra que a capacidade de populistas de direita de se apresentarem como defensores do Estado de bem-estar social contribuiu para seu sucesso no Leste Europeu. Em pesquisas estipulando que partidos de esquerda abraçavam políticas pró-mercado, eleitores da classe operária e da classe média-baixa disseram que votariam na direita populista nas eleições seguintes *desde que* promettessem maior proteção social. Sem tais promessas, os apelos anti-imigração não eram suficientes para fazer com que esses eleitores mudassem seu apoio para a direita populista.

Como na Europa Ocidental, a guinada à direita da esquerda em questões de política econômica não apenas criou uma oportunidade política para a direita populista como também produziu uma dinâmica eleitoral que encorajava discursos social e culturalmente divisivos. Como coloca uma pesquisa, em países do Leste Europeu onde partidos da esquerda abraçaram reformas neoliberais, os políticos incapazes de mobilizar seus apoiadores por conta de discordâncias com a política econômica tinham “incentivos para construir uma divisão sociocultural poderosa na qual pudessem mostrar diferenças programáticas significativas e empregá-las para atrair eleitores”.²³

22. Kevin Deegan-Krause; Tim Haughton, “The 2010 Parliamentary Elections in Slovakia”. *Electoral Studies*, v. 31, n. 1, mar. 2012, pp. 222-25.

23. Herbert Kitschelt et al., *Post-Communist Party Systems: Competition,*

Implicações para a esquerda e para a democracia

O declínio da centro-esquerda é uma das tendências mais consequentes das últimas décadas. Embora muitos fatores tenham contribuído para esse declínio, acreditamos que a guinada econômica da esquerda tenha sido preponderante.

Primeiro, não se tratou meramente da mudança em políticas, mas uma mudança dramática no perfil da esquerda, até mesmo de sua identidade. Do fim do século 19 ao fim do século 20, a característica distintiva da esquerda social-democrata era sua insistência — diferentemente dos comunistas, liberais e outros — de que era possível usar o Estado democrático para mitigar ou até mesmo eliminar os efeitos mais destrutivos do capitalismo. Essa visão social-democrata era, também, a base da ordem do pós-guerra sobre a qual a democracia na Europa Ocidental foi construída após 1945. A mudança no rumo econômico da esquerda social-democrata ao longo do século 20 resultou em um significativo desbotamento daquilo que a tornava distinta e atraente. E então, quando as consequências econômicas e sociais negativas das políticas neoliberais tornaram-se claras, muitos eleitores decidiram que havia poucas razões para se votar na esquerda.

Segundo, focar na guinada econômica da esquerda nos ajuda a entender por que partidos de esquerda têm enfrentado problema na Europa Ocidental e no Leste Europeu, bem como em regiões como a América Latina. Como argumenta Kenneth Roberts, movimentos populistas emergiram sobretudo em países como Venezuela, Bolívia e Equador, onde reformas neoliberais foram implementadas “de maneira sorrateira — ou seja, por governos liderados por partidos tradicionais de centro-esquerda ou populistas”. Nesses casos, as pessoas

Representation, and Inter-Party Cooperation. Nova York: Cambridge University Press, 1999, p. 267; Milada Anna Vachudova, “From Competition to Polarization in Central Europe: How Populists Change Party Systems and Change the EU”. *Polity*. No prelo.

“abandonadas” pelas reformas não puderam mais contar com partidos tradicionais de esquerda para atender suas queixas e, portanto, foram para as ruas protestar e voltaram-se a partidos antissistema.²⁴

Terceiro, o espaço político aberto pela transformação econômica da esquerda ajuda a explicar a ascensão do populismo. Na Europa Ocidental, partidos tradicionais da extrema-direita com perfil econômico conservador ou libertário se transformaram em defensores de Estados intervencionistas e redes de proteção social, tirando vantagem da reação negativa à globalização e a medidas de austeridade para aumentar sua atratividade. No Leste Europeu, populistas faziam apelos explícitos a eleitores “abandonados” pelas mudanças na economia e por políticas que partidos de esquerda haviam implementado.

A guinada econômica da esquerda também ajudou a alimentar o populismo ao aumentar a visibilidade de questões sociais e culturais. Com menos diferenças entre os partidos tradicionais em termos econômicos, lideranças partidárias, bem como eleitores, dispunham de maiores incentivos para focar em outras diferenças. Mas a mudança do eixo principal do debate para questões sociais e culturais ajudou mais a direita que a esquerda. Historicamente, essa última teve melhor desempenho quando focava em questões econômicas e de classe, e está mais dividida internamente em questões sociais e culturais, enquanto o apelo populista de direita está baseado principalmente em questões sociais e culturais — a direita se beneficia quando questões econômicas estão menos visíveis no debate político.

A crescente proeminência de questões sociais e culturais também é chave para muitos dos problemas mais amplos que agora as democracias na Europa e além enfrentam. Esses temas tocam em questões de moralidade e identidade. Muitas vezes possuem uma natureza exclu-

24. Kenneth M. Roberts, “Populism, Political Mobilizations, and Crises of Political Representation”. In: Carlos de la Torre (Org.), *The Promise and Perils of Populism: Global Perspectives*. Lexington, Kentucky (EUA): University Press of Kentucky, 2015, p. 152.

dente ou “de soma zero” e costumam ser assuntos de difícil negociação. Em contraste, questões sobre a distribuição de recursos econômicos — o eixo principal da competição partidária por grande parte da era do pós-guerra — são mais passíveis de barganhas e acordos, que estão no cerne da democracia.

Por fim, a guinada à direita da esquerda pode ter criado uma abertura para o questionamento de outras normas liberal-democráticas. Durante o período do pós-guerra, aqueles que se sentiam “abandonados” podiam encontrar um defensor de seus direitos nos partidos social-democratas ou de centro-esquerda comprometidos com as regras liberal-democráticas do jogo. Quando esses partidos começaram a abandonar esse papel, o vazio resultante causou problemas para a democracia liberal. Um dos papéis mais importantes que os partidos desempenham numa democracia é oferecer aos cidadãos uma voz institucionalizada. Mas, se os partidos tradicionais deixam de preencher essa função representativa, os eleitores que acreditam que seus interesses, demandas e preferências estão sendo consistentemente ignorados podem se tornar suscetíveis a apelos feitos por partidos que questionam a legitimidade da própria democracia liberal. É difícil, se não impossível, separar essa crise de representação do declínio da esquerda social-democrata ou da centro-esquerda.

Olhando para o futuro

O que o futuro reserva para a esquerda e para a democracia? Podem os partidos da “nova esquerda” assumir o papel desempenhado por partidos social-democratas ou de centro-esquerda durante as décadas do pós-guerra? Na Alemanha, o Partido Verde — talvez o mais velho dos partidos da “nova esquerda” na Europa — recentemente ultrapassou o Partido Social-Democrata (SPD) nas pesquisas de opinião. Mas esse partido, como seus pares em outros países, se distingue principalmente por suas visões de “esquerda” em questões não eco-

nômicas como o meio-ambiente e a imigração, e não por um programa econômico consistentemente de esquerda. Isso explica por que os verdes foram capazes de se aliar no nível estadual com o partido de centro-direita União Democrata-Cristã (CDU) e o liberal Partido Democrático Liberal (FDP). Esses partidos da “nova esquerda” atraem principalmente a população urbana, altamente educada, profissional e cosmopolita, e estão mal posicionados para capturar o apoio daqueles que se sentem economicamente “abandonados”. Em parte por esse motivo, não está claro se esses partidos são capazes de obter apoio suficiente (em sistemas de representação proporcional) para garantir governos de coalizão forte na esquerda democrática, muito menos formar um governo próprio.

Também não está claro quais serão as consequências para a democracia se a competição política se tornar ainda mais fortemente focada em questões sociais e culturais frequentemente priorizadas pela “nova esquerda” e por partidos populistas de direita. No Leste Europeu, o eleitorado “natural” para partidos da “nova esquerda” é muito menor do que no Ocidente, o que torna muito menos provável que esses partidos possam substituir eleitoralmente a “velha esquerda” ou que sirvam de âncora para a democracia.

É possível, portanto, que partidos da “velha esquerda” consigam se reinventar? Assim como a mudança econômica fora o principal fator do declínio da esquerda, uma mudança também será necessária se a esquerda quiser reviver sua prosperidade política. Como se observou acima, eleitores que preferem políticas econômicas de esquerda estão divididos em questões sociais. Se a competição política focar em tais questões, esses eleitores irão se dividir entre a velha esquerda, a direita populista e (na Europa Ocidental) a nova esquerda. Por outro lado, eleitores da direita populista estão unidos em suas visões em questões sociais, mas divididos em visões econômicas (o mesmo se aplica, em grande medida, aos eleitores do Partido Verde). Se a competição

focar em questões sociais, esses partidos permanecem unidos, mas se focar em questões econômicas, terão que fazer escolhas difíceis. Para avançar, em resumo, a esquerda tradicional precisa diminuir a saliência das questões sociais e identitárias e aumentar a saliência das questões econômicas e de identidade de classe na competição política.²⁵

Um lugar em que isso parece ter ocorrido, pelo menos em parte, é Portugal. Após as eleições de 2015, um governo socialista chegou ao poder, apoiado pelos comunistas e dois outros pequenos partidos de esquerda. Embora esses partidos diferissem em questões importantes e houvessem previamente sido incapazes de formar uma coalizão, eles concordavam com uma prioridade: pôr fim ao severo programa de austeridade implementado pelo governo anterior de centro-direita. Nos anos anteriores, a economia portuguesa havia encolhido, o desemprego e a pobreza aumentado e jovens deixavam o país aos montes. O governo socialista imediatamente reverteu muitas das políticas que haviam atingido a classe trabalhadora e a classe média em particular, incluindo cortes em salários, pensões e pagamentos da seguridade social. A virada foi impressionante: outrora classificado como um caso econômico perdido junto com a Grécia e a Itália, Portugal tornou-se o caso de sucesso da Europa, com recuperação do crescimento econômico e redução dramática do déficit orçamentário (o atual déficit de 0,5% do PIB é o mais baixo já registrado em Portugal em 45 anos).²⁶ Como descreveu o *New York Times*: “em um momento de crescente incerteza na Europa, Portugal desafiou seus críticos, que haviam insistido na austeridade como a resposta à crise econômica e financeira do continente”.²⁷

25. Dennis Spies, op. cit.; Winston Chou et al., “The Illusion of Radical Right Partisan Stability: How Party Positioning Affects Radical Right Voting in Germany”. Documento de trabalho, Princeton University, 2018.

26. Peter Wise, “Portugal Posts Lowest Budget Deficit in 45 Years of Democracy”. *Financial Times*, 26 mar. 2019.

27. Liz Alderman, “Portugal Dared to Cast Aside Austerity. It’s Having a Major

Se os partidos de esquerda forem passar por uma revitalização política, precisarão oferecer mais uma vez aos eleitores uma imagem clara do que defendem. Em Portugal, como os socialistas chegaram ao poder com a ajuda de outros partidos de esquerda e não como parte de uma coalizão ampla, foram capazes de ressaltar as diferenças entre a esquerda e a direita em questões econômicas. Isso lembrou os eleitores que a democracia oferece escolhas claras e ajudou a manter as questões econômicas como o eixo principal da competição política.

O sucesso, tanto para a esquerda como para a democracia, também exigirá resgatar o otimismo com a política. O primeiro-ministro socialista de Portugal António Costa e seus aliados ressaltaram a rejeição da esquerda à ideia de que o destino dos cidadãos ou de seu país está fora de suas mãos. Como afirma Costa, o programa de seu governo foi desenhado para deixar claro que “há uma alternativa ao ‘não há alternativa’”. Em um discurso ao Parlamento Europeu, ele lembrou seus colegas de que “o que distingue a política democrática do populismo é que a política democrática não explora os medos. [...] A política democrática responde aos problemas, combate os medos e as angústias, devolve a esperança no futuro”. A esperança é o que irá restaurar a “confiança nas instituições democráticas e na União Europeia”.²⁸

Se a esquerda puder, mais uma vez, oferecer políticas econômicas distintas e convincentes, que promovam melhores oportunidades para todos, o apelo de mensagens social e culturalmente divisivas diminuirá. Isso reduzirá o apoio a partidos populistas (ou oferecerá um incentivo para que tais partidos moderem suas posições), e a política se tornará menos polarizada e menos um jogo de soma zero. São essas as condições necessárias para que a democracia prospere novamente.

Revival”. *New York Times*, 22 jul. 2018.

28. “Social Democracy Is Floundering Everywhere in Europe, Except Portugal”. *Economist*, 14 abr. 2018; Jon Stone, “Reject Austerity to Defeat Populism, Portugal’s Socialist Prime Minister António Costa Tells EU”. *Independent*, 14 mar. 2018.

Nacionalismo, democracia e leis memoriais

George Soroka and Félix Krawatzek

George Soroka é professor de Governo e diretor adjunto de graduação da Universidade Harvard. É um dos organizadores de *Ukraine After Maidan: Revisiting Domestic and Regional Security [A Ucrânia após praça da Independência: reexaminando questões de segurança interna e regional]* (2018). **Félix Krawatzek** é pesquisador sênior do Centro de Estudos Europeus e Internacionais em Berlim e membro associado do Nuffield College em Oxford. É autor de *Youth in Regime Crisis: Comparative Perspectives from Russia to Weimar Germany [Juventude e crise de regime: perspectivas comparadas da Rússia à República de Weimar]* (2018).

Controvérsias acerca da interpretação de fatos históricos tornaram-se um foco importante da política contemporânea em países mundo afora. Recentemente, essas questões ganharam especial destaque na Europa, onde uma crescente gama de leis definindo como o passado deve ser publicamente lembrado produziu debates acalorados. Essas “leis relativas à memória” (a partir de agora, “leis memoriais”) vêm sendo aprovadas ao longo das últimas décadas em uma variedade de regimes, incluindo democracias consolidadas como Espanha e França, democracias em retrocesso como a Polônia, democracias “imperfeitas” como a Ucrânia e na cada vez mais autoritária Rússia.

* Publicado originalmente como “Nationalism, Democracy, and Memory Laws”, *Journal of Democracy*, Volume 30, Número 2, Abril 2019. @ National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press.

A maioria dessas leis memoriais decisivamente destinam-se a moldar, mais do que simplesmente refletir, normas sociais sobre como o passado deveria ser entendido e discutido. Na França, por exemplo, a Lei 158/2005¹ tentou sancionar uma visão mais positiva do envolvimento colonial daquele país na África; uma emenda de 2014 no código penal da Rússia tornou ilegal difamar as ações da União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial; e uma lei polonesa de 2018 tentou proteger o “bom nome” do Estado e povo poloneses contra quaisquer acusações de cumplicidade com as atrocidades nazistas, entre outras potenciais depreciações.

A maioria dessas leis recentes podem ser entendidas como *prescritivas*: seu objetivo é impingir uma maneira oficial de se referir ao passado, vista por seus proponentes como um meio para fortalecer a identidade nacional. A aprovação delas reflete, em parte, preocupações com a preservação da unidade nacional e da coerência cultural de Estados contrapondo-se a um cenário de integração europeia. Tanto na Europa Ocidental quanto no Leste Europeu, o crescente sentimento nacionalista e “anti-UE” pôs em questão a chegada da “era pós-nacionalista” até então propagandeada por analistas políticos. Uma manifestação dessa crescente crise do pós-nacionalismo tem sido a rápida expansão da lista de países que adotaram leis memoriais, bem como o terreno temático coberto por esse tipo de lei. Narrativas históricas simplificadas voltadas para a reformulação de identidades de maneira a “renacionalizar” a política têm sido centrais para a ascensão do nativismo e do populismo. Embora acadêmicos tenham começado a analisar a admissibilidade dessas leis de uma perspectiva de liberdade de expressão, ainda nos falta compreender como elas afetam os valores liberais e as aspirações supranacionais da Europa.

Tanto as raízes como as consequências da legislação mnemônica estendem-se por domínios internos e internacionais. Independentemente

1. Chamada pelos meios de comunicação franceses de Lei de 23 de fevereiro de 2005 (N.T. brasileiro).

mente de suas origens exatas, essas leis têm em comum a tendência de promover um estilo inflexível de confrontação política. Apoiam-se frequentemente em interpretações exclusivistas do passado que ignoram ou negam a legitimidade de vozes contrárias. Essa abordagem de soma-zero vem acompanhada de uma retórica moralista, que torna difícil chegar ao tipo de consenso mais facilmente alcançável em debates sobre políticas socioeconômicas. Em comparação com outros temas de políticas públicas, disputas sobre a memória histórica são particularmente suscetíveis de despertar fortes emoções e um senso de que o que está em jogo são identidades sociais mais amplas.

Conseqüentemente, a nova geração de leis memoriais ameaça a liberdade de expressão e a abordagem pluralista que é a marca de sociedades liberais. Defensores desse tipo de legislação frequentemente invocam um conjunto mais antigo de leis que baniram a negação do Holocausto surgido nos anos 1980 e início dos anos 1990 na Alemanha e na França. Mas existem diferenças importantes entre essas precursoras e a mais recente safra de leis memoriais europeias. As legislações anteriores refletiam amplamente normas sociais consolidadas e visavam a promoção de reconciliação, encorajando o diálogo internacional e provendo salvaguardas para o direito de minorias. As leis atuais, por sua vez, frequentemente contribuem para o aumento de tensões políticas dentro e entre Estados.

Legislando sobre a memória da Shoá

Leis que visam a criar um mito em torno do Estado-nação não são o único tipo de legislação que versa sobre como falar publicamente sobre o passado. A geração pioneira de leis memoriais europeias visava justamente *desmistificar* histórias nacionais e proteger a memória das vítimas, com o objetivo de ajudar a integrar sociedades diversas e superar ciclos anteriores de violência.

Os anos 1980 foram testemunhas da aprovação das primeiras leis reconhecendo a memória do Holocausto. Àquela época, os mortos na Shoá² passaram a representar a vítima universal, servindo como o exemplo máximo do sofrimento civil e da violência desumanizadora. A esse respeito, a Shoá tornou-se um símbolo atemporal e abstrato do mal em sociedades modernas, o padrão de medida para outras tragédias e crimes contra a humanidade. Mas desse paradigma surgiu um modelo mais amplo de lembrança política, aplicado a eventos históricos em muitas épocas e lugares, que também coloca as vítimas no centro. Onde tal abordagem tornou-se prevalente, heróis nacionais desaparecem e, em seu lugar, lembranças de perda, sofrimento e sacrifício assumem o centro do palco. Essas tendências são particularmente evidentes no caso alemão, onde certas práticas comemorativas sugerem uma equivalência radical das vítimas. No principal memorial do país para as vítimas da guerra e da ditadura, em Berlim (“Neue Wache”), por exemplo, pode-se encontrar atualmente os restos mortais de uma vítima desconhecida dos campos de concentração nazistas e um soldado desconhecido ao lado de uma escultura ao estilo da Pietà, de autoria de Käthe Kollwitz, representando o luto nacional.

A primeira lei explicitamente contra a negação do Holocausto foi aprovada na Alemanha Ocidental em 1985, com uma legislação similar aparecendo em Israel em 1986 e na França em 1990. Na Europa, era a esquerda que defendia esse tipo de legislação, cujos apoiadores esperavam que pudesse pôr freios ao reaparecimento do antissemitismo e “civilizar” o debate público em Estados diretamente ligados a essa tragédia histórica. Na Alemanha Ocidental, a proibição da negação foi aprovada nos últimos estágios de um longo processo que estabeleceu os parâmetros para a discussão sobre o Holocausto. Esse processo, que começou nos anos 1960, envolveu não apenas processos judiciais, como o julgamento de oficiais nazistas, mas

2. “Holocausto” em hebraico. (N. T.)

também eventos culturais (por exemplo, a influente minissérie americana *Holocaust*, que foi ao ar em 1978), profundas reflexões acadêmicas sobre o tema e amplos debates públicos, como o *Historikerstreit* (“disputa entre historiadores”) dos anos 1980. Esse último debate marcou o ápice da controvérsia envolvendo dois grupos de intelectuais: de um lado, aqueles que minimizam a culpa histórica ao enfatizar a transição democrática da Alemanha Ocidental pós 1945, e que, de maneira geral, eram favoráveis à liderança do chanceler de centro-direita Helmut Kohl (Ernst Nolte, Michael Stürmer, Klaus Hildebrand); do outro lado, proponentes (mais notadamente Jürgen Habermas) de uma crítica da esquerda liberal que enfatizava a significância única do Terceiro Reich e a responsabilidade particular da Alemanha. No entanto, ambos os lados concordavam com a necessidade de tornar o negacionismo (a negação do Holocausto) um crime.³

As legislações relacionadas ao Holocausto dos anos 1980 e 1990, portanto, eram *proscritivas*, pois codificavam um tabu social pré-existente. Pode haver divergências sobre se tais leis são uma ferramenta apropriada para garantir a coesão social, em particular à luz de diferentes entendimentos sobre a liberdade de expressão nas culturas jurídicas dos vários países. De maneira prática, no entanto, a lei de 1985 da Alemanha Ocidental e as mudanças por ela promovidas em relação à comemoração do Holocausto ajudaram a Alemanha a se reintegrar ao campo ideológico do mundo ocidental. Leis memoriais, portanto, têm ao menos o potencial teórico de produzir resultados que apoiem a ordem liberal-democrática. Além disso, podem oferecer uma “válvula de escape” em casos de grave violação de normas e crenças sociais,

3. Charles S. Maier, *The Unmasterable Past: History, Holocaust, and German National Identity*. Cambridge: Harvard University Press, 1988; Klaus Große Kracht, *Die zankende Zunft: Historische Kontroversen in Deutschland nach 1945*. Gotinga: Vandenhoeck und Ruprecht, 2005; Lawrence Douglas, *The Memory of Judgment: Making Law and History in the Trials of the Holocaust*. New Haven: Yale University Press, 2001.

consequentemente protegendo-se do que Jeremy Waldron chama de “os danos causados pelo discurso de ódio”.⁴

Atualmente, há um consenso global sobre como homenagear as vítimas da Shoá, o que reflete o alcance e agora dominância do consenso interpretativo alcançado por Alemanha e França no fim do século 20. Ressaltando isso, as Nações Unidas lançaram, em 2005, o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. Essa efeméride (27 de janeiro) não é a única; existe, por exemplo, o Dia Europeu dos Justos (6 de março), aprovado pelo Parlamento Europeu em 2012. No entanto, ilustrando o aumento do uso do paradigma da Shoá como uma lente para se entender outros eventos históricos, esse último dia não homenageia apenas aqueles que salvaram as vidas dos judeus durante o Holocausto. A declaração que cria o Dia dos Justos menciona todos aqueles que “salvaram vidas durante todos os genocídios e assassinatos em massa (como o armênio, bósnio, cambojano e ruandês) e outros crimes contra a humanidade perpetrados nos séculos 20 e 21”.

Outro acontecimento que reflete a prevalência dessa perspectiva é o surgimento pelo mundo de comissões da verdade. A primeira comissão amplamente reconhecida desse tipo nasceu na Argentina em 1983.⁵ Incumbidas de servir como instrumentos de justiça de transição em antigas áreas de conflito, essas comissões se espalharam rapidamente, impulsionadas não apenas pela mudança nas normas relativas ao reconhecimento da vitimização, mas também por um maior reconhecimento — reforçado por cortes internacionais e organizações intergovernamentais como as Nações Unidas — de que indivíduos possuem um direito fundamental de conhecer a verdade sobre eventos dolorosos do passado. Uma tendência intimamente relacionada — e

4. Jeremy Waldron, *The Harm in Hate Speech*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

5. Priscilla B. Hayner, *Unspeakable Truths: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions*. 2ª ed. Nova York: Routledge, 2011.

que é especialmente aparente na Europa — tem sido o surgimento de comissões históricas sancionadas pelo Estado, que vão desde o Instituto da Memória Nacional da Polônia, que começou a funcionar em 2000, aos inúmeros órgãos bilaterais incumbidos de explicar o passado que “atualmente fazem parte do dia-a-dia da Europa, em especial, mas não exclusivamente, em casos ligados às relações da Alemanha com seus vizinhos após a Segunda Guerra Mundial”.⁶

A universalização da vitimização

A primeira geração de legislação memorial estabeleceu um precedente para as leis atuais. No entanto, as leis mais recentes tendem a ser bem diferentes em suas motivações políticas, refletindo novos padrões transnacionais que emergiram nas últimas décadas para orientar o debate sobre a memória pública. Um dos efeitos não esperados mais impressionantes do reconhecimento da Shoá como exemplo do sofrimento humano tem sido a transformação de sua significância retórica. No debate público, o Holocausto é atualmente citado não apenas como um evento concreto, mas como um símbolo universal da vitimização, independentemente de seu contexto original temporal e geográfico. Esse paradigma presta-se a estabelecer as conexões entre a Shoá enquanto símbolo e uma série de atrocidades, incluindo o genocídio armênio, o tráfico de escravos da África, o bombardeio atômico de Hiroshima e Nagasaki e outros atos mais recentes de violência em lugares como Camboja, Ruanda e Síria.

Esses acontecimentos trouxeram à tona três mecanismos que, por sua vez, estão criando um ambiente propício à adoção de leis memoriais prescritivas: (1) vitimização competitiva; (2) o aumento do escopo de eventos específicos; e (3) a disseminação de normas informais que governam a discussão do passado. Políticos envolvem-se nessas

6. Elazar Barkan, “Introduction: Historians and Historical Reconciliation”. *American Historical Review*, v. 114, n. 4, p. 901, out. 2009.

práticas por razões pragmáticas — são “distrações” úteis —, mas elas também podem refletir preocupações profundas com a busca da verdade histórica e com a justiça sendo feita.

Primeiro, a competição para se construir hierarquias de vitimização tornou-se um marco da política memorial contemporânea. Em particular, como o Holocausto é hoje usado como um símbolo universal de sofrimento, vários atores recorreram à Shoá para destacar a gravidade de crimes menos conhecidos. O presidente ucraniano Viktor Yushchenko, por exemplo, tentou ressaltar os horrores da fome de 1932-33 conhecida como Holodomor (“morte por inanição”) enfatizando em sua fala que o número de vítimas ucranianas desse evento foi de sete milhões ou mais, em comparação com os seis milhões de judeus mortos na Shoá. Yushchenko também conseguiu aprovar uma lei reconhecendo o Holodomor como um ato deliberado de genocídio e proibindo sua negação em público. Aprovada em 2006, essa legislação levou um colunista do jornal russo *Izvestia* a fazer o seguinte comentário:

Não se sabe ao certo o que o reconhecimento do Holodomor como genocídio trará àqueles que conseguiram sobreviver à fome nos anos 1930. A implicação financeira da lei não foi discutida. Focaram, como desejava o presidente, nas questões morais e éticas. Agora, precisamos escrever holodomor com a inicial maiúscula, como em Holocausto.⁷

Esse comentário ilustra tanto o impacto retórico das tentativas de comparar outras tragédias com o Holocausto e o clamor transnacional decorrente.

Segundo, a universalização da vitimização pode ter outras consequências/implicações além de tornar explícitas comparações com o Holocausto. A mesma lógica pode se manifestar em narrativas histó-

7. Ianina Sokolovskaia, “Golodomor mozhet rassorit’ Ianukovicha s kommunistami” [O Holodomor poderia criar uma divisão entre Yanukovych e os comunistas]. *Izvestia*, 30 nov. 2006.

ricas nacionalistas. Por exemplo, em 9 de abril de 2015, o parlamento ucraniano aprovou quatro das chamadas leis de “descomunização”. Uma delas (Lei 2538-1) reconhece todos os grupos políticos e organizações paramilitares que lutaram pela independência da Ucrânia no século 20 como guerreiros da independência nacional e torna ilegal difamar publicamente sua memória ou a reputação dos veteranos de guerra. Essa ampla descrição abarca uma gama diversa de grupos, de organizações clandestinas que tentaram derrubar o czar russo a camponeses que lutaram tanto contra os bolcheviques como seus opositores do Movimento Branco durante a Revolução Russa, além de nacionalistas ucranianos dos anos 1940 que naquele momento se alinharam com a Alemanha nazista. A nova lei é indiferente em relação a quando ou sob que condições específicas os combatentes da independência ucraniana estavam ativos. De fato, ela remove esses grupos e movimentos de seus contextos específicos descrevendo todos eles, indiscriminadamente, como guerreiros de uma mesma causa: a liberação nacional. Esse paradigma mnemônico amplifica o princípio transcendente de autodeterminação da Ucrânia, como o paradigma da Shoá reforça o princípio transcendente do “nunca mais”.

Terceiro, as normas associadas com o paradigma da Shoá se espalharam, chegando até mesmo a países que não possuem leis contra o negacionismo. No Reino Unido, por exemplo, uma forte tradição de liberdade de expressão impediu a adoção desse tipo de legislação. Ainda assim, em junho de 2018, uma mulher chamada Alison Chabloz foi condenada a dois anos (com suspensão condicional da pena e obrigação de prestação de serviço comunitário por 180 horas) após ser presa por postar na internet canções satíricas que insultavam o povo judeu. Embora as canções não mencionassem o Holocausto, Chabloz foi inocentada da acusação de negação do Holocausto *per se*, sendo condenada por três crimes envolvendo a disseminação de “material ou mensagem ofensiva, indecente ou ameaçadora”. Mas os comentários

de Gideon Falter, presidente da Campanha Contra o Antissemitismo, organização sediada no Reino Unido, refletem um entendimento generalizado desse veredito (também espelha a linguagem empregada pelo juiz que deu a sentença):

Alison Chabloz tem se dedicado ao longo dos anos a incitar o ódio aos judeus, alegando principalmente que o Holocausto foi uma fraude perpetrada por judeus para enganar o mundo. Agora ela é uma criminosa condenada. Esse veredito sinaliza de maneira clara que, na Grã-Bretanha, a negação do Holocausto e teorias conspiratórias antissemitas não serão toleradas.⁸

Leis memoriais: onde, quando e como

Diante desse panorama, as últimas duas décadas em particular testemunharam a adoção de legislações mnemônicas cuja competência se estende muito além da discussão da Shoá. Nossa pesquisa identificou mais de duzentas leis, resoluções e declarações regulando a memória histórica, a vasta maioria delas vinda da Europa. Os efeitos desses atos oficiais vão desde a criminalização de descrições “incorretas” do passado — o que pode resultar em pesadas multas e sentença de prisão — até uma função mais declaratória das posições oficiais. O que elas têm em comum é que mobilizam o poder do Estado em torno de uma narrativa oficial sobre o passado. Entre elas há notáveis diferenças na orientação temática que, em grande medida, coincidem com a divisão ocidental-oriental. Por exemplo, a maioria das leis memoriais da Europa Ocidental — em particular as mais antigas — foi escrita para proteger a dignidade das vítimas de crimes patrocinados pelo Estado. Obviamente, nem todas as leis da Europa Ocidental encaixam-se claramente nesse modelo, mas, no geral,

8. Martin Belam e agências, “Woman Who Posted Holocaust Denial Songs to YouTube Convicted”. *Guardian*, 25 maio 2018.

diferenciam-se nitidamente das leis dos Estados pós-comunistas do Leste Europeu, que vieram depois e que focam tipicamente na proteção da memória do Estado ou nação.⁹

No Leste Europeu, a “judicialização” (para usar um termo de Jürgen Habermas) da história começou de fato na segunda metade dos anos 2000. Acreditamos que essa onda tenha ocorrido à medida que discursos políticos claramente divergentes sobre o passado se intensificaram na Rússia, por um lado, e nos antigos Estados do Pacto de Varsóvia, do outro. Houve duas principais razões para isso. Primeiro, oito países pós-comunistas passaram a fazer parte da UE em maio de 2004. Quando esses Estados eram candidatos a país-membro, a UE deixou claro que precisariam reconhecer de maneira mais aberta o Holocausto. Não ofereceram, no entanto, um caminho para que expressassem suas queixas sobre o passado, que haviam sido suprimidas por décadas sob o regime comunista. Porém, uma vez devidamente integrados à arquitetura institucional da Europa, esses Estados começaram a demandar maior reconhecimento de suas próprias narrativas. Um tema recorrente dessas narrativas era que a União Soviética, embora tenha contribuído para pôr fim à Segunda Guerra Mundial, não trouxe liberação para a Europa Central e o Leste Europeu.

Segundo, mais ou menos na mesma época, o presidente russo Vladimir Putin deu início a uma tentativa orquestrada de reabilitar seletivamente aspectos do passado soviético. Essa estratégia marcou um afastamento significativo dos anos da presidência de Boris Yeltsin (1991-99), quando o experimento soviético era visto no geral como uma ruptura trágica na continuidade sociopolítica do Estado russo. A nova história nacionalista adotada por Putin tornou cada vez menos nítida a distinção entre os passados czarista e soviético. Além da utilidade da narrativa para fortalecer a posição interna de Putin, sua ado-

9. Nikolay Koposov, *Memory Laws, Memory Wars: The Politics of the Past in Europe and Russia*. Nova York: Cambridge University Press, 2018.

ção também refletia sua crescente convicção de que o Ocidente estava despreparado para aceitar a Rússia pós-soviética, com seu reduzido peso geopolítico, como um igual.

As circunstâncias da introdução de leis memoriais são bastante reveladoras. Frequentemente, essas leis são propostas próximas aos aniversários de importantes eventos históricos, apontando para sua natureza sensível ao fator tempo. Além disso, também há uma importante dimensão transnacional: discursos transfronteiriços e ações de órgãos supranacionais podem impulsionar a introdução de novas leis. Por exemplo, a Decisão-Quadro sobre Racismo e Xenofobia da UE de 2008, que equiparou o negacionismo a racismo e promoveu ativamente a adoção de leis banindo a negação do Holocausto, encorajou uma série de leis ao longo dessas linhas (com a aprovação desse tipo de lei, por exemplo, em Malta em 2009, Montenegro em 2010 e Itália em 2016). Além disso, outras leis foram adotadas com respeito a outros eventos que não o Holocausto, mas foram certamente modeladas — e justificadas — com base nas recomendações da Decisão-Quadro.

Debates sobre leis memoriais também existem dentro de um ecossistema transnacional mais amplo de narrativas históricas concorrentes. Por meio de indivíduos morando no exterior, narrativas sancionadas por leis memoriais viajam e ganham força em outros países. Esses atores, que ajudam essas ideias a atravessar as fronteiras, não são elites do Estado, mas grupos de influência. Particularmente importantes são as diásporas, cada vez mais capazes de exercer influência em seus países de origem bem como nos países de residência graças ao aumento das opções de transporte e de comunicação transnacionais.¹⁰ Comunidades de diáspora socialmente influentes vivendo em democracias liberais ricas podem usar seus direitos de liberdade de expressão para

10. Ver Gabriel Sheffer, *Diaspora Politics: At Home Abroad* (Nova York: Cambridge University Press, 2009).

mudar o teor do discurso histórico tanto em casa como fora dela.¹¹ Essas comunidades também são influentes porque suas conexões pessoais conferem uma autenticidade adicional às narrativas históricas que promovem. Por exemplo, devido ao lobby orquestrado da diáspora armênia nos Estados Unidos, 48 estados americanos reconheceram formalmente como genocídio a deportação em massa e a violência contra os armênios no Império Otomano na época da Primeira Guerra Mundial.¹²

Com o advento das redes sociais e das publicações digitais, que levaram a ciclos ininterruptos de notícia e à redução de controles editoriais, empreendedores mnemônicos trabalhando a mando de Estados ou por iniciativa própria conseguem agora disseminar narrativas históricas de maneira mais barata e eficiente do que nunca. Juntas, redes sociais online e offline são capazes de disseminar narrativas e símbolos históricos de maneiras poderosas e inesperadas.

Em maio de 2017, por exemplo, ativistas da comunidade russófona na Síria distribuíram fitas de São Jorge com faixas pretas e laranjas junto com uma explicação em árabe sobre sua significância para transeuntes em Aleppo. Desde 2005, essas fitas tornaram-se um símbolo bastante popular da vitória do Exército Vermelho soviético na Segunda Guerra Mundial, e estão intimamente associadas com a narrativa oficial refletida na legislação russa de 2014. Por meio de sua distribuição em Aleppo, as fitas ganharam um novo significado, afastado no tempo e no espaço de sua conotação original, como símbolos da vitória da Rússia sobre as forças rebeldes sírias. Como descreve um entrevistado sírio: “sei que esse é um importante feriado

11. Félix Krawatzek; Lea Müller-Funk (Org.), “Political Remittances and Political Transnationalism: Practices, Narratives of Belonging and the Role of the State”. Edição especial do *Journal of Ethnic and Migration Studies*. Disponível em: <<https://tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369183X.2018.1554282>>.

12. Ver <<https://anca.org/armenian-genocide/recognition/united-states>>.

para nossos amigos russos, o Dia da Vitória sobre o fascismo, sobre o mal. A Rússia sempre protegeu e ajudou os povos oprimidos. E, agora, a Rússia está nos protegendo, quando outros países se uniram contra nós”.¹³

Implicações internas e externas

Por meio de uma série de efeitos internos, as atuais leis memoriais vêm transformando as normas e ampliando a retração do liberalismo pela Europa. Na Espanha, que adotou uma lei memorial controversa em 2007, conflitos sobre como enxergar o passado franquista continuam a aprofundar fraturas e impedir o diálogo tanto entre políticos como entre o público em geral. A lei, introduzida pelo governo socialista de José Luis Rodríguez Zapatero, visava condenar a ditadura do General Francisco Franco (1939-75) e homenagear as vítimas do regime de Franco. Conservadores rejeitaram a medida alegando que ela minava as fundações da transição democrática da Espanha e, em particular, a anistia negociada em 1977 para os perpetradores de crimes “políticos”. A lei de 2007 tentava impor uma leitura específica do passado franquista a uma sociedade ainda profundamente dividida em relação àquele capítulo de sua história — até hoje, flores frescas continuam a decorar o túmulo de Franco no enorme cemitério nos arredores de Madri conhecido como Vale dos Caídos. Mas a legislação também provocou respostas iliberais de seus opositores, incluindo uma objeção à liberdade judicial: após o juiz Baltasar Garzón violar o “pacto do esquecimento” em 2008 ao abrir uma investigação sobre os crimes contra a humanidade cometidos pelo lado franquista durante a Guerra Civil, um sindicato de direita pró-Franco deu início a um processo judicial contra ele. Garzón foi suspenso e acusado de prevaricação e violação da Lei da Anistia.

13. “V Aleppo razdali georgievskie lentochtki” [Fitas de São Jorge distribuídas em Aleppo]. *RIA Novosti*, 8 maio 2017. Disponível em: <<http://ria.ru/gl/20170508/1493888406.html>>.

Em 2018, o governo socialista de Pedro Sánchez reavivou a controvérsia ao aprovar uma emenda à legislação de 2007. Com a revisão, a lei determinava que fosse feito um censo das vítimas da Guerra Civil Espanhola. Seus apoiadores argumentam que a abertura de valas comuns é necessária para se obter um fechamento histórico em um país que, de acordo com a ministra da Justiça Dolores Delgado, possui o segundo maior número de pessoas desaparecidas no mundo.¹⁴ A lei também contém dispositivos controversos para a exumação do corpo de Franco.

Embora possam contribuir para a polarização social e a retração do liberalismo, as leis memoriais também podem fortalecer identidades nacionais. O caso russo ilustra como os mecanismos da memória podem trabalhar para a disseminação de uma visão nacional conservadora e estatista. Desde 2005, quando a Rússia comemorava o sexagésimo aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, as autoridades promoveram uma nova narrativa identitária que coloca o papel do Exército Vermelho na derrota de Hitler como central para a legitimidade do Estado russo. Consequentemente, uma porcentagem crescente da população atribui qualidades positivas de liderança a Josef Stalin, a quem ela credita o papel de conduzir as forças soviéticas para a vitória sobre os nazistas e acredita que a URSS não tem nenhuma responsabilidade em relação ao início da guerra ou culpa por sua conduta.¹⁵ Em 2014, legisladores russos institucionalizaram essa interpretação adicionando o artigo 354.1 (contra a “reabilitação do nazismo”) ao código penal russo. Esse dispositivo torna um crime, entre outras coisas, negar as conclusões do Tribunal de Nuremberg ou “intencionalmente divulgar informação falsa sobre as atividades da União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial”.

14. Stephen Burgen, “Spain Launches Truth Commission to Probe Franco-Era Crimes”. *Guardian*, 12 jul. 2018.

15. Em 2017, por exemplo, 38% dos respondentes classificaram Stalin como a figura mais importante da história da Rússia, um aumento de 12% em 1989. Ver <www.golos-ameriki.ru/a/stalin-putinpushkin-levada-center/3916752.html>.

As controvérsias históricas em torno da adoção de memórias prescritivas frequentemente ultrapassam as fronteiras dos Estados. Quer fosse ou não a intenção de seus autores, essas leis também contribuem para tensões entre governos e entre povos. Por exemplo, a legislação russa de 2014 foi, em parte, uma reação aos acontecimentos da Europa Central e no Leste Europeu, onde políticos pós-comunistas estavam crescentemente equiparando os crimes de Hitler com os de Stalin e descrevendo a vitória do Exército Vermelho sobre a Alemanha nazista em 1945 menos como uma forma de liberação do que como a substituição de uma força de ocupação por outra. Essa narrativa, que era profundamente dissonante em relação a visões da guerra amplamente aceitas na Rússia, levou líderes políticos russos a começarem a pressionar por uma narrativa nacionalista própria que enfatizasse o papel heroico do Exército Vermelho na luta contra o nazismo para além das fronteiras soviéticas. Como observou recentemente um embaixador russo em Varsóvia, “até que se reconheça na Polônia, sem reservas, seu débito eterno de gratidão àqueles soldados soviéticos que morreram aqui, até que a desgraça atual — quando forças libertadoras são chamadas de forças de ocupação — termine, não há oficialmente nada para conversarmos em relação à história”.¹⁶

Tensões transnacionais sobre a memória histórica podem desencadear controvérsias até mesmo em jurisdições sem conexão direta com os eventos históricos em questão. Nesse contexto, uma questão particularmente sensível que pode surgir é a questão da equivalência entre vários crimes históricos. Por exemplo, o código penal suíço contém um dispositivo contra a “discriminação racial” que torna ilegal negar genocídios e protege a memória de suas vítimas. Em 2007, uma corte suíça condenou Doğu Perinçek, líder de um partido político turco, por comentários feitos por ele durante uma visita em 2005 a Lausanne negando que o sofrimento dos armênios nas mãos do Império Oto-

16. Galina Dudina, “Ne zabudem, ne prostim” [Não nos esqueceremos, não perdoremos] (entrevista com Sergei Andreev). *Kommersant*, 8 out. 2018.

mano durante a Primeira Guerra Mundial constituía um genocídio. A condenação de Perinçek foi revertida no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos em Estrasburgo, mas a adjudicação do caso obrigou os magistrados a esclarecer em que medida o caso de Perinçek diferia das condenações sob a amplamente aceita proibição na Europa da negação do Holocausto. Em uma explicação bastante confusa, a corte destacou a significância histórica do Holocausto naqueles Estados que haviam proibido sua negação, bem como o fato de que o caso de Perinçek ter sido levado até eles por um caso de negação que ocorreu na Suíça e não na Armênia.

Como esse exemplo demonstra, órgãos supranacionais e internacionais também moldam o ambiente no qual as legislações mnemônicas são debatidas. A UE e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), em particular, adicionaram sua própria versão de interpretação histórica oficial por meio de resoluções e declarações, o mais perto que esses órgãos já chegaram de aprovar de fato leis memoriais. Por exemplo, uma declaração de abril de 2008 por membros do Parlamento Europeu e uma resolução no ano seguinte definiu o dia 23 de agosto — a data na qual, em 1939, o Pacto Molotov-Ribbentrop foi assinado — como o Dia Europeu da Memória das Vítimas do Estalinismo e Nazismo. Assim como leis memoriais nacionais, essas decisões se mostraram politicamente controversas. Políticos nacionalistas de Estados pós-comunistas da Europa Central e do Leste Europeu lideraram os esforços, mas muitos na Rússia (bem como na Europa Ocidental e em Israel) não estavam preparados para ver a União Soviética de Stalin ser colocada no mesmo nível da Alemanha nazista. A mesma reação se deu na adoção pela OSCE da Declaração de Vilnius em 2009, encabeçada por políticos lituanos e eslovenos, que afirma que “no século 20, países europeus enfrentaram dois grandes regimes totalitários, o nazista e o estalinista, que resultaram em genocídio, violações de direitos e liber-

dades, crimes de guerra e crimes contra a humanidade”, e clama por uma “união contra todos os regimes totalitários, de qualquer coloração ideológica”.¹⁷

Rejeitando a ordem supranacional

À medida que governos buscam cada vez mais promover identidades nacionais historicamente fundamentadas, a legitimidade de pronunciamentos históricos feitos no nível supranacional vem sendo questionada. Os esforços de órgãos supranacionais para agir como intérpretes oficiais da história ampliou o abismo entre esses órgãos e políticos nacionalistas, reforçando, assim, a orientação iliberal destes. Consideremos como a ideia de Europa vem sendo ressignificada por governantes populistas na Hungria e na Polônia, que alegam estar defendendo uma Europa que eles definem como “cristã” e “branca”. Viktor Orban, por exemplo, rejeita veementemente a chegada de pessoas sem raízes na cultura cristã, por medo de que isso traga profundas mudanças no continente.¹⁸ Não é de surpreender que a narrativa histórica nacionalizada que acompanha essa retórica difere fortemente da narrativa pró-integração construída pela UE.

Além disso, narrativas históricas supranacionais, antes vistas como ferramentas promissoras para cultivar uma identidade europeia comum, podem provar-se incompatíveis com normas mnemônicas estabelecidas em determinados Estados-nações. Interpretações supranacionais de eventos históricos muitas vezes carecem de apoio popular nos países a que se referem. Pior, podem exacerbar a fragmentação social oferecendo lenha para a fogueira retórica de políticos nacio-

17. <www.oscepa.org/documents/annual-sessions/2009-vilnius/declaration-6/261-2009-vilnius-declaration-eng/file>.

18. Nick Thorpe, “The Man Who Thinks Europe Has Been Invaded”. BBC, 6 abr. 2018. Disponível em: <www.bbc.co.uk/news/resources/idt-sh/Viktor_Orban>; Roger Cohen, “How Democracy Became the Enemy”. *New York Times*, 6 abr. 2018.

nalistas, que podem argumentar que a nação está sendo difamada e que é preciso estabelecer contranarrativas oficiais valorizando-a. Interpretações nacionalizadas do passado que emergem em um Estado podem até mesmo cruzar as fronteiras e se transformar em narrativas alternativas transnacionais. Vladimir Putin, por exemplo, criticou repetidas vezes o que entende como o hedonismo e fraqueza daqueles “países da Europa Atlântica [que] rejeitam suas raízes, incluindo os valores cristãos que constituem a base da civilização ocidental”.¹⁹ Essa retórica encontra cada vez mais aceitação além das fronteiras da Rússia e vem sendo amplificada no Ocidente por figuras da direita, que exaltam a visão de Putin sobre a história para plateias ocidentais.

Cada vez mais, movimentos nacionalistas estão transformando a política da memória, representando um desafio cada vez mais importante à abordagem supranacional que tem sido chave aos esforços de integração da UE. As ramificações vão muito além da aprovação de novas leis. Ao rejeitar as tentativas supranacionais de harmonizar narrativas históricas, elites políticas nacionalistas e movimentos populistas também estão colocando em questão a legitimidade do establishment político liberal-democrático supranacional. E não é somente em democracias em retrocesso como Polônia e Hungria que isso vem acontecendo. Frases de ordem de apoiadores do “Brexit” de “retomar o controle” nunca foram apenas sobre questões econômicas e legislativas; também refletem a aspiração de (re)criar uma visão nacional positiva de uma Grã-Bretanha independente do projeto de integração europeia. Após a Segunda Guerra Mundial, houve uma reorientação em direção a valores universalistas, dando início a uma era cada vez mais pós-nacional, na qual a vítima global era mais valorizada que o herói nacional. O sucesso cada vez maior de movimentos populistas que exploram narrativas históricas particularistas representa um repúdio a essa tendência anterior. Como coloca o húngaro Or-

19. “Meeting of the Valdai International Discussion Club”. 19 set. 2013. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/news/19243>>.

ban: “Acreditamos que nossas tradições e história sejam excepcionais, celebramos nossos heróis e, acima de tudo, amamos nosso país. Não queremos — e não iremos — abrir mão disso em nome de qualquer império ou governança global que seja”.²⁰

Mesmo em democracias consolidadas, o problema da interpretação do passado pode dividir sociedades e gerar oposição a normas liberais supranacionais. Movidos em parte pelas dinâmicas transfronteiriças da academia contemporânea, historiadores vêm se posicionando de maneira cada vez mais crítica a legados nacionais. Em fevereiro de 2005, no entanto, a Assembleia Nacional francesa ratificou a Lei 158/2005, que versa sobre a herança colonial do país e rejeita a crítica pós-colonialista associada com a esquerda transnacional. Ela foi aprovada durante o segundo mandato presidencial de Jacques Chirac, que havia conseguido a reeleição em 2002 ao vencer no segundo turno Jean-Marie Le Pen da Frente Nacional (FN). A chegada de Le Pen ao segundo turno havia revelado uma impressionante ascensão do apoio ao partido de extrema-direita, que apoiava entusiasticamente o projeto de lei. Ainda assim, seria equivocado atribuir a aprovação da lei apenas à influência da extrema-direita: uma das tradições republicanas da França é a de avaliar positivamente o legado colonial do país.

A aprovação da Lei 158/2005 e de outras leis similares — a França possui atualmente seis *lois mémorielles* — deu visibilidade mais ampla a visões previamente marginalizadas sobre a história nacional, aprofundando divisões sociais e oferecendo munição retórica aos extremistas. A consequente confusão ficou particularmente evidente nos debates sobre a revogação do dispositivo mais polêmico da Lei 158/2005 (expresso em seu art. 4º), que falava das consequências salutares do colonialismo e exigia que fossem reconhecidas no currículo escolar. O dispositivo foi posteriormente revogado por meio de decre-

20. “Europe’s Strength Stemmed from Nation States”. 24 out. 2018. Disponível em: <www.kormany.hu/en/the-prime-minister/news/europe-s-strength-stemmed-from-nation-states>.

to presidencial, mas apenas após o primeiro-ministro Dominique de Villepin ter submetido a matéria ao Conselho Constitucional no início de 2006. O debate público rancoroso e a retórica que a lei provocava polarizou dramaticamente a política francesa, em particular sobre o tema da imigração. (A maioria dos imigrantes da França vêm de suas ex-colônias do Magrebe,²¹ o que significa que os posicionamentos sobre esse assunto geralmente estão ligados a visões sobre o passado colonial e à necessidade de reparação de injustiças históricas.) A lei também dificultava as relações entre a França e a Argélia.²²

Leis similares dentro e fora da Europa animaram aqueles que defendem uma versão da história que glorifique sua nação. Políticos, intelectuais e grupos da sociedade civil estão rejeitando as narrativas sem limite geográfico ou temporal elaboradas por instituições supranacionais e as memórias complexas que essas narrativas trazem à tona. Políticos nacionalistas buscam delimitar identidades e resistem às narrativas pan-europeias difundidas pela UE. Além disso, críticos — em particular na Europa Central e no Leste Europeu — rejeitam essas narrativas, alegando serem imposições estrangeiras, em alguns casos fazendo analogias entre a imposição governamental das leis memoriais europeias e a antiga imposição de ideologias comunistas.

A rejeição da política memorial integrativa da Europa também envolve cidadãos comuns, que têm dificuldade para pensar sobre suas respectivas histórias nos termos imaginados por Bruxelas. Movimentos da sociedade civil muitas vezes se reapropriam da ideia de Europa, que alegam defender mesmo quando atribuem a ela um significado muito diferente daquele divulgado pelas narrativas supranacionais.

21. Região do noroeste da África que inclui Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia. (N. T.)

22. Ver “Entre l’ Algérie et la France, un traité d’amitié en trompe-l’œil”. *Le Figaro*, 19 out. 2005; “L’ Algérie s’insurge contre le vote français sur la colonisation”. *Le Figaro*, 1º dez. 2005.

Por exemplo, o xenofóbico movimento alemão Pegida (Europeus Patrióticos Contra a Islamização do Ocidente) alega defender atualmente a Europa como outros o fizeram em 1683 durante a Batalha de Viena, que impediu o avanço das tropas do sultão Otomano. Para o Pegida, a memória desse evento serve para justificar a oposição à imigração de muçulmanos para o Ocidente. Embora o populismo do tipo exemplificado pelo Pegida inclua outros elementos, a desuniversalização e a nacionalização de narrativas históricas são parte central de seu apelo.

A memória e o futuro do liberalismo

A pesada carga emocional da política da memória pode ter um efeito particularmente desestabilizador em democracias, que não controlam os fluxos de notícia e de informação da mesma maneira que os regimes não democráticos. Mas disputas sobre o passado podem incitar paixões políticas a despeito do tipo de regime, especialmente quando o afastamento de narrativas oficiais é criminalizado. Tanto em democracias quanto em não democracias, debates em torno de memórias históricas têm o potencial de perturbar o equilíbrio político tanto no campo doméstico como no internacional. Internamente, tentativas de legislar sobre como o passado pode ser discutido levantam questões sobre a qualidade e a durabilidade de compromissos liberais. Internacionalmente, leis desse tipo ameaçam obstruir o diálogo entre sociedades e encorajar a animosidade entre nações. Em ambos os casos, antipatias baseadas em lembranças históricas oferecem munição retórica a populistas e nacionalistas linha-dura ávidos a explorar essas questões polêmicas com fins políticos.

Essa disputa em torno da política e leis memoriais está intimamente relacionada ao ressurgimento do nacionalismo que vem varrendo grande parte do mundo ocidental atualmente e que possui implicações importantes para o futuro do liberalismo. Há um sentimento crescente

de que instituições supranacionais estejam impondo narrativas históricas descontextualizadas a Estados cujos líderes e cidadãos rejeitam fortemente. Essa rejeição frequentemente envolve a ascensão de movimentos populistas que enfatizam interpretações alternativas do passado. Embora a reação às normas supranacionais possa se manifestar de diversas maneiras, todas pressagiam um destino similar: o retorno vigoroso do nacional no centro da arena política.

A memória é uma ferramenta poderosa, e é preciso reconhecer que a política da memória tem o potencial de promover a união. Era exatamente isso que políticos da Europa Ocidental esperavam do paradigma centrado na vítima da Shoá. Mas agora está claro que, na medida em que a memória tem sido uma força importante para a integração em países como a Alemanha, ela dependeu de um consenso interno e internacional bastante específico, que refletia pressupostos liberais e universalistas. Do mesmo modo, atualmente a memória histórica muitas vezes cria ou reforça identidades exclusivas — em outras palavras, identidades que definem o pertencimento a uma comunidade nacional em termos que enfatizam as diferenças. A identidade de um grupo é salientada por meio de uma comparação com a identidade de outros. Muitas vezes, isso significa que países vizinhos, bem como minorias étnicas vivendo dentro das fronteiras de um Estado, assumem o papel de inimigos existenciais. Uma política memorial que foque em identidades exclusivas também pode ter efeitos além da fronteira, por exemplo, estimulando Estados a embarcarem em uma espiral de re-criação focada no estabelecimento de hierarquias de vitimização.

A crescente intrusão do passado no presente representa um dos fenômenos políticos mais impressionantes de nossa época. Dada a íntima conexão entre a política memorial e a crise dual do liberalismo e do pós-nacionalismo que atualmente se apresenta na Europa, esse é um fenômeno que merece um olhar atento.

30 anos depois de Tiananmen

O SIGNIFICADO DE 4 DE JUNHO

Wang Dan

*Wang Dan é presidente da Associação pela Reforma Constitucional Chinesa e fundador do think tank Dialogue China. Em 1989, foi um dos líderes das manifestações estudantis na praça da Paz Celestial (Tiananmen). Para mais informações sobre sua história, ver quadro da **página 101**.*

Para avaliar a importância histórica do dia 4 de junho de 1989, é interessante considerar uma pergunta hipotética: se o movimento pela democracia que levou os manifestantes à praça da Paz Celestial há 30 anos tivesse sido bem-sucedido, como a China estaria hoje? Responder a essa questão implica definir o significado de “sucesso” para os participantes do movimento. Sobre isso há inúmeras concepções equivocadas, como a que fundamenta uma pergunta frequentemente feita pelos mais céticos: “Se vocês tivessem assumido o poder, teriam se saído melhor do que o Partido Comunista?”

Na verdade, essa provocação se baseia numa falsa premissa. Os estudantes que ocuparam a famosa praça de Beijing entre 15 de abril e 4 de junho de 1989 nunca mencionaram substituir o Partido Comunista da China (PCC) nem se propuseram a assumir o poder. Independentemente dos acontecimentos de 4 de junho, nunca houve uma possibili-

* Publicado originalmente como “30 Years After Tiananmen: The Meaning of June 4th”, *Journal of Democracy*, Volume 30, Número 2, Abril 2019. @ National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press.

dade real de os líderes estudantis se tornarem líderes da nação. Especular se esses líderes teriam se “saído melhor” do que o PCC — uma tática comum para colocar em dúvida o movimento pró-democracia —, portanto, reflete uma ignorância a respeito do movimento e seus objetivos.

“Sucesso” significa alcançar os objetivos pretendidos. As posições políticas do movimento pró-democracia de 1989 foram anunciadas pela primeira vez no abaixo-assinado que representantes dos estudantes, eu incluído, submeteram a membros do governo no encontro de 18 de abril de 1989 no Grande Salão do Povo, que fica ao lado da praça da Paz Celestial (Tiananmen). As demandas listadas naquele abaixo-assinado incluíam, entre outras coisas: publicação dos salários e todas as outras formas de remuneração dos líderes do governo; permissão para publicações privadas e liberdade de imprensa, com o fim da censura por um período determinado; aumento de verbas para a educação; reconhecimento dos erros e acertos do ex-secretário geral do PCC, o reformista Hu Yaobang (1982-87), cuja morte, em abril de 1989, desencadeou os protestos da praça da Paz Celestial; e repúdio veemente tanto da campanha contra a “liberalização burguesa” que se seguiu à saída de Hu como da campanha de combate à “poluição espiritual”, incluindo a reabilitação de cidadãos que sofreram injustiças durante essas campanhas. À medida que o movimento evoluiu, surgiram novas demandas políticas, em geral alinhadas às demandas do abaixo-assinado.

Para definir o sucesso do movimento pró-democracia de 1989, portanto, proponho um enfoque diferente: as duas condições impostas pelos estudantes que entraram em greve de fome em 13 de maio. Essa ação transformou o movimento estudantil em um movimento democrático popular e inspirou uma base nacional de apoiadores a se unir em torno das demandas dos participantes daquele ato. As duas condições eram: (1) que o governo estabelecesse prontamente um diálogo

substantivo e concreto, em pé de igualdade, com a Delegação de Diálogo formada entre as universidades de Pequim; e (2) que o governo reconhecesse de maneira justa o valor do movimento estudantil e sua natureza patriótica e democrática.

Discutir a questão “e se o movimento pró-democracia de 1989 tivesse sido bem-sucedido?”, significa considerar o que poderia ter acontecido se o governo tivesse reconhecido o movimento estudantil como patriótico e estabelecido um diálogo com seus membros. Na minha visão, tal reviravolta teria produzido no curto prazo três efeitos principais:

- 1) Um movimento pró-democracia bem-sucedido teria fortificado a facção reformista interna do PCC, representada por Zhao Ziyang (que se tornou secretário geral após a saída de Hu e que também acabou sendo expulso do partido no final de junho de 1989). Sabe-se que Zhao era o líder do PCC mais propenso a empreender reformas econômicas orientadas ao mercado e, também, o membro do alto escalão do partido com a mente mais aberta. Tivesse ele adquirido mais poderes para implementar políticas públicas, certamente teria defendido a ampliação de medidas pró-mercado. Sinais dessa trajetória eram visíveis em medidas como a lei de falência, inicialmente implementada em 1988. Em outras palavras, um movimento pró-democracia bem-sucedido não teria mergulhado a China no caos e, sim, imprimido maior dinâmica no processo de reforma econômica.
- 2) Tivesse o movimento pró-democracia de 1989 sido bem-sucedido, as reformas políticas iniciadas em 1988 — em particular a ampliação da liberdade de imprensa — teriam avançado com amplo apoio popular. Isso significa que as reformas econômicas teriam caminhado em um ambiente propício, dotado de mecanismos que permitissem a participação da sociedade. Atualmente, até mesmo o PCC reconhece que a expansão do papel do

“controle pela opinião pública” é o único caminho para conter de fato a corrupção que se alastra pelo país. Tivesse Pequim começado a ampliar a liberdade de expressão lá em 1989, propinas e *self-dealing*¹ não teriam se impregnado no sistema chinês como acontece atualmente.

- 3) Sucesso para o movimento pró-democracia teria estabelecido um precedente para o diálogo entre o governo da China e sua sociedade. De fato, o relatório político de 1987 do 13º Congresso Nacional do PCC, publicado sob a liderança de Bao Tong (um aliado de Zhao que foi preso pouco antes da repressão na praça da Paz Celestial), estabelecia um processo de consulta e diálogo com a sociedade como o foco dos planos de reforma do partido. Quando os estudantes clamavam por diálogo, na prática ecoavam essa demanda por reforma política.

1. Além do autocontrato ou “contrato consigo mesmo”, o termo também contempla transações entre partes relacionadas, como aquela entre um insider e uma empresa por ele controlada. (N. T.)

Wang Dan

Um dos principais dissidentes pró-democracia da China, Wang Dan nasceu em Pequim em 1969. Entrou para a Universidade de Pequim em 1987, onde organizava regularmente encontros do “Salão Democrático”. Em 1989, tornou-se um dos organizadores do pioneiro movimento pró-democracia daquele ano. Em maio, participou do início das greves de fome na praça da Paz Celestial. Na sequência da repressão em Tiananmen, que o Partido Comunista da China (PCC) deflagrou no início de junho para pôr fim ao movimento pró-democracia, foi incluído na lista dos 21 fugitivos “mais procurados”. Foi preso em Pequim em 2 de julho e enviado à Prisão Qincheng. Em 1991, foi sentenciado a quatro anos por “instigar propaganda antirrevolucionária”. Solto em 1993, continuou sua oposição ao PCC e foi preso novamente em 1995. Em 1996, foi condenado a onze anos por “conspirar para derrubar o governo”. A pressão internacional que se seguiu levou à sua soltura em 1998, seguida do exílio nos Estados Unidos. Em 2008, concluiu seu doutorado em História do Leste Asiático pela Universidade Harvard e, desde então, é pesquisador-visitante da Universidade de Oxford bem como professor e pesquisador da Universidade Nacional Tsing Hua e na Universidade Nacional Chengchi, ambas em Taiwan. É presidente da Associação de Amigos dos Acadêmicos Chineses, membro do conselho da New School for Democracy e fundador e diretor-executivo da Dialogue China, um think tank com sede em Washington, DC. É membro do comitê de direção da Asia Reform and Democracy Alliance. Entre seus livros está *Wang Dan Yu Zhong Hui Yi Lu* [Memórias da prisão de Wang Dan], publicado em chinês em 2013.

Atualmente, a perspectiva de tal convergência entre o governo chinês e seu povo desapareceu, e a sociedade perdeu completamente a confiança no governo. Essa é a principal razão pela qual tantos conflitos sociais recentes acabam em violência. No delicado processo de reforma, com pressões vindas de cima e de baixo, a estabilidade social depende de manter um canal aberto para o diálogo entre governo e sociedade. Apenas por meio do diálogo as duas partes podem trabalhar juntas para garantir uma transformação suave e constante. A experiência de Taiwan oferece o melhor exemplo. Se o movimento pró-democracia de 1989 tivesse sido bem-sucedido, a base social para a introdução das reformas na China teria sido amplamente fortalecida.

Obviamente, o sucesso do movimento pró-democracia de 1989 teria provocado outros efeitos políticos, econômicos e sociais profundos, que teriam se desenrolado gradualmente ao longo do tempo. As consequências mencionadas acima são as mudanças mínimas que seriam esperadas no curto prazo. Em suma, se o movimento pró-democracia de 1989 houvesse sido bem-sucedido, a China teria entrado mais rapidamente no caminho do desenvolvimento de mercado, e as reformas econômicas que se seguiriam teriam sido implementadas dentro de uma estrutura de democracia política. Um cenário democrático, com todas as limitações e incentivos políticos decorrentes, teria provavelmente mitigado o aumento da desigualdade social que acompanharia a ampliação da economia de mercado, evitando que alcançasse os níveis observados na China atualmente. Ademais, o desenvolvimento teria acontecido por meio de um processo de constante diálogo entre o governo e a população, contribuindo para o crescimento e o fortalecimento da sociedade civil. Não é essa a China que gostaríamos de ver hoje?

Conclusões práticas

Saindo dos cenários hipotéticos, qual foi o impacto real do movimento pró-democracia de 1989 na China desde a repressão de 4 de junho? Acredito que o movimento influenciou o desenvolvimento posterior da China sob, pelo menos, três importantes aspectos.

Primeiro, o movimento pró-democracia de 1989 foi um movimento iluminista. Os anos 1980 eram uma era de idealismo, na qual intelectuais, na esperança de impulsionar a democratização da China, dedicavam-se a disseminar suas ideias sobre democracia. Na maior parte da década, no entanto, esse trabalho iluminista ficou apenas no papel. Assumiu a forma de ensaios, palestras, entrevistas e tradução de estudos estrangeiros em ciências sociais. O movimento iluminista dos anos 1980 (por vezes chamados de “o novo movimento iluminista”, para distingui-lo do movimento reformista Quatro de Maio do início do século 20), atingiu seu ápice no fim da década, e o movimento pró-democracia de 1989 pode ser considerado seu clímax.

A característica distintiva daquele clímax era a busca da democracia por meio de ações cívicas reais. Em 1989, o protagonismo estudantil, apoiado por pessoas de todos os estratos sociais, garantiu que o conceito de democracia se espalhasse por toda parte até que se tornasse a demanda comum de toda a população. Por esse exato motivo as autoridades chinesas, mesmo após a repressão violenta do movimento pró-democracia, passaram a içar nos anos seguintes a bandeira da democracia e dos direitos humanos. No discurso oficial dos anos 1980, a democracia era considerada um conceito ocidental e burguês, mas, nos anos 1990, termos como “direitos humanos” passaram a fazer parte da constituição chinesa. Essa mudança refletiu a enorme pressão da opinião pública que se fez sentir em 1989.

Segundo, o movimento desempenhou um papel fundamental na preparação de talentos para o desenvolvimento da sociedade civil

chinesa e para a onda seguinte de ativismo pró-democracia. Antes de 1989, “dissidente” era uma denominação incomum na China. Embora muitas pessoas estivessem insatisfeitas com o sistema ditatorial de partido único, não havia maneiras de se identificar e se orientar explicitamente. O movimento pró-democracia de 1989 levou muitos defensores da democratização a começar a se definir como membros de uma oposição política e assumir pessoalmente a missão de dar continuidade ao espírito de 1989. Nos anos 1990, um número significativo de dissidentes começou a emergir.

Muitos dos defensores de direitos que sacudiram a China nos anos recentes participaram originalmente do movimento pró-democracia de 1989. Aquele movimento fomentou de fato uma nova força política composta de cidadãos modernos. A formação da sociedade civil é uma parte crucial da base para a futura democratização da China, e a geração de pessoas chamadas à ação pelo espírito de 1989 representa o coração de uma sociedade civil emergente.

Terceiro, o movimento pró-democracia de 1989 estabeleceu os princípios para a cultura política e uma mentalidade de democratização da China. Um dos obstáculos para a democratização da China tem sido nossa cultura política tradicional, que fomenta uma confiança excessiva no governo — ou seja, estimula os indivíduos a dependerem do Estado em vez de se enxergarem como donos do país. Depositam todas as esperanças no Estado e esperam que este sirva ao povo. Essa abordagem deixa pouco espaço entre o indivíduo e o Estado que, por sua vez, consegue facilmente violar direitos individuais. Ao mesmo tempo, a pouca distância entre os indivíduos e o Estado significa também que a sociedade civil tem pouco espaço para se desenvolver.

Quando os estudantes tomaram as ruas em 1989, suas ações estavam, em certa medida, dentro da cultura política tradicional da China. Pode-se considerar que esses estudantes estavam seguindo os passos do movimento Gongche Shangshu de 1895, que organizou um abaixo-

-assinado demandando que o Estado realizasse reformas. No entanto, a repressão violenta pelo governo do movimento pró-democracia de 1989 transformou profundamente a relação entre o indivíduo e o Estado chinês.

Descobrimos, para nossa surpresa, que até mesmo o governo aparentemente de mente aberta dos anos 1980, ao sinal de ameaça, tentaria preservar seus poderes a todo custo, incluindo um retorno ao uso da violência. A perda generalizada de confiança no governo levou à apatia política dos anos 1990, que persiste até os dias de hoje. Em certa medida, essa apatia pode ser vista como um estágio na evolução da mentalidade pública. Ao menos agora o Estado tem dificuldade de promover sua ideologia, e a lacuna entre o indivíduo e o Estado começou lentamente a se ampliar — acontecimentos que são pré-requisitos para a futura transição democrática da China. É por isso que vejo o movimento pró-democracia de 1989 como o início da constituição da sociedade civil da China.

De fato, o povo chinês pagou um alto preço por isso. A repressão violenta pelo governo comunista do movimento pró-democracia deixou não apenas uma ferida profunda em nossa nação, mas também um legado de medo que inibiu uma resistência popular ao totalitarismo. Depois de 1989, o apoio à reforma política foi quase completamente aniquilado e, conseqüentemente, o progresso da China no caminho da democratização ficou muito aquém do de outros países em desenvolvimento. Tudo isso foi a consequência da supressão do movimento pró-democracia de 1989. Não devemos nos esquecer disso.

Um infeliz ponto de inflexão

Ao mesmo tempo, podemos observar que 1989 foi um divisor de águas na história contemporânea da China. A China de até então e a China atual, sob muitos aspectos, estão em polos opostos. O Estado e a

sociedade que se desenvolveram na China desde os anos 1990 exibem três características que representam um profundo afastamento do passado. Penso que essas características também são um resultado da supressão violenta pelo governo do movimento pró-democracia de 1989, e que serão fortes influências no futuro desenvolvimento da China.

A primeira característica é a inclinação predominante de colocar a economia acima de tudo. Após as Guerras do Ópio de meados do século 19, que deram início a um período de interferência estrangeira e instabilidade política, conflitos caóticos e violentos tornaram-se fatores determinantes para a evolução social na China. Após o PCC assumir o poder em 1949, com Mao Zedong no comando, o desenvolvimento foi liderado pela luta de classes. Mesmo durante o período após 1977, quando o sucessor reformista de Mao, Deng Xiaoping, assumiu o poder, a reforma política possuía o mesmo nível de prioridade que a reforma econômica. Ao longo do último século da história da China, foi somente a partir de 1989 que o desenvolvimento econômico se tornou a única métrica de progresso. Atualmente, a lógica econômica determina tudo, do desenho de políticas a julgamentos de valor. Isso criou um desequilíbrio no desenvolvimento da China que, por sua vez, deu origem ao aumento da instabilidade social. A elevação dos objetivos econômicos sobre os sociais remonta à supressão do movimento pró-democracia: a repressão de 1989 não apenas suprimiu a disposição da sociedade para demandar reformas políticas como também deixou o governo apreensivo sobre até mesmo tocar em assuntos políticos.

A segunda característica é uma atitude geral de derrotismo entre as pessoas, em especial na elite. Antes de 1989, a preocupação com o desenvolvimento da China era generalizada entre os intelectuais e na sociedade urbana, e as pessoas estavam dispostas a expressar suas opiniões sobre questões nacionais e sociais. Estudantes universitários foram inspirados a ocupar as ruas por sua crença compartilhada de que cada indivíduo carrega consigo parte da responsabilidade pelo fu-

turo da nação. Mas a violenta repressão em 1989 e o desenvolvimento desigual nos anos subsequentes fez com que Estado e sociedade se tornassem cada vez mais distantes um do outro; as pessoas tornaram-se politicamente apáticas, e a elite mudou seu foco do desenvolvimento nacional para ganhos pessoais. Esse sentimento generalizado de derrotismo era raro após as Guerras do Ópio. Seu surgimento após 1989 reflete o profundo impacto da violência estatal na mentalidade coletiva do povo chinês.

A terceira característica é uma deterioração profunda da moral e da ética da sociedade. No discurso público, padrões morais e éticos elementares não mais predominam. Visões incompatíveis com as preocupações mais básicas com o outro, como “é justo matar duzentas mil pessoas em nome do desenvolvimento” são hoje relativamente aceitas, e uma vasta gama de atitudes e crenças cínicas entraram na moda. Esse estado de coisas é também consequência da repressão de 1989: quando o idealismo perde fôlego, pode dar lugar ao cinismo e à descrença.

Essas três características, que emergiram a partir de 1990, influenciaram fortemente o desenvolvimento subsequente da China e põem em dúvida a perspectiva de futuro do país. Isso também é parte da significância histórica de 4 de junho.

Por fim, preciso reconhecer que o que aconteceu em 1989 afetou profundamente minha própria vida. Por causa de meu papel nesse capítulo da história da China, hoje não sou mais livre para rejeitar minha responsabilidade na promoção do progresso social e não estar à altura de certas expectativas. Como um estudante comum, poderia ter optado por uma vida pessoal ou pública, mas agora não tenho escolha senão me expor continuamente à opinião pública. É difícil dizer se esta minha sina é uma bênção ou um fardo, mas sinto que devo aceitá-la.

Ademais, se me deparasse novamente com a mesma escolha, acre-

dito que tomaria as mesmas decisões que tomei em 1989. Quando se é jovem, abraçar ideias sociais não é uma questão de escolha racional, mas algo mais parecido com uma necessidade emocional. É uma emoção considerável, mas pode ser efêmera; quando ficamos mais velhos, torna-se mais difícil viver as paixões da juventude. Mas a vida humana é finita, e não gostaria de abrir mão da oportunidade que tive de dedicar parte da minha experiência de vida à luta por ideais sociais e por um futuro melhor para a China. Por isso não tenho absolutamente nenhum arrependimento pelo preço que paguei. Esta é a vida que escolhi.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaiosDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>